Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano X - Nº 34 - Outubro a Dezembro de 2019

ECONOMISTAS

Diversificação de atividades econômicas como condição para o desenvolvimento

Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico: uma análise a partir da Complexidade Econômica
César Roberto Leite da Silva

Efetividade de Choques Monetários e o Mercado de Trabalho Brasileiro
Michel Cândido de Souza

A nova, mas não tão nova assim, Economia das Startups
Hugo Eduardo Meza Pinto
Leonardo Jianoti

A taxa de câmbio e o processo de crescimento econômico em países de renda média
Nelson Marconi

cofecon.org.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Wellington Leonardo da Silva

VICE-PRESIDENTE
Antonio Corrêa de Lacerda

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
Júlio Miragaya
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maurílio Procópio Gomes
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Melo
Paulo Dantas da Costa
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Eduardo Reis Araújo
Henri Wolf Bejzman
Nei Jorge Correia Cardim
Paulo Roberto de Jesus
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva
Evaldo Silva
Marcelo Pereira Fernandes
Ricardo Valério Costa Menezes
Wilson Roberto Villas Boas Antunes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
João Bosco Ferraz de Oliveira
Paulo Salvatore Ponzini
Luiz Antonio Rubin

CONSELHO EDITORIAL
Wellington Leonardo da Silva (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo José Monteiro da Costa
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Luiz Carlos Delorme Prado
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
Lauro Chaves Neto
Luiz Antonio Rubin
Wellington Leonardo da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa
Manoel Castanho – Jornalista
Caroline Rodrigues - Publicitária
imprensa@cofecon.org.br

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lume Comunicação Eireli

IMPRESSÃO
Forte Gráfica e Editora LtdaME

TIRAGEM
10.000 exemplares
ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

NOTA DO COFECON: CARTA DE FLORIANÓPOLIS - ALTERNATIVAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....4

XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DISCUTIU RUMOS ECONÔMICOS PARA O BRASIL 6

COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA
César Roberto Leite da Silva 10

A TAXA DE CÂMBIO E O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PAÍSES DE RENDA MÉDIA | *Nelson Marconi*..... 18

EFETIVIDADE DE CHOQUES MONETÁRIOS E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO | *Michel Cândido de Souza* 25

O SETOR DE SERVIÇOS E A PRODUTIVIDADE NO BRASIL
Fernanda Della Rosa 31

A NOVA, MAS NÃO TÃO NOVA ASSIM, ECONOMIA DAS STARTUPS
Léo Jianoti e Hugo E. Meza 37

OS DESAFIOS DA CRIPTOECONOMIA NO BRASIL
Welinton dos Santos..... 44

XXVII SINCE HOMENAGEARÁ CELSO FURTADO 49

ELEIÇÕES NO SISTEMA COFECON/CORECON 53

ANGE: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DESAFIO PARA OS CURSOS DE ECONOMIA 56

RESENHA: A CLASSE MÉDIA NO ESPELHO | *Lauro Chaves Neto* 57

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

EDITORIAL

O tema desta edição é a diversificação de atividades econômicas com foco no desenvolvimento. O artigo principal de capa tem como autor o Economista César Roberto Leite da Silva, professor titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob o título "Comércio Internacional e Desenvolvimento Econômico: uma análise a partir da complexidade econômica".

Publicamos, também, artigo do Economista Nelson Marconi sobre Política Cambial; "Efetividade de choques monetários e o mercado de trabalho", de Michel Cândido; "O setor de serviços e a produtividade no Brasil", de Fernanda Della Rosa; "A nova, mas não tão nova assim, economia das startups", de Leonardo Jianoti e Dr. Hugo Eduardo Meza Pinto; e "Os desafios da criptoeconomia no Brasil", de Welinton dos Santos.

A revista conta, ainda, com reportagem sobre o Centenário de Celso Furtado, a cobertura do XXIII Congresso Brasileiro de Economia e matéria sobre as eleições eletrônicas do Sistema Cofecon/Corecons, que neste ano tiveram 7.153 votantes. Além disso, publicamos nossa tradicional resenha de livro. Para esta edição, o conselheiro Lauro Chaves Neto escreveu sobre a obra "A classe média no espelho", de Jessé Souza.

Ressalto a importância deste nosso instrumento de formação e atualização técnica destinado aos economistas, principalmente por vivermos no Brasil em uma época em que, além dos desacertos gerais promovidos pelo atual governo obscurantista, os ataques promovidos ao sistema educacional, ao mundo do conhecimento, do saber e da cultura têm manchado a imagem do Brasil mundo afora.

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
PRESIDENTE

No que nos diz respeito, destaco que o governo enviou, em julho de 2019, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 108/2019 ao Congresso Nacional. Com justificativa apresentada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, a matéria dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais e representa um risco à sobrevivência dessas entidades de fiscalização e regulamentação.

Segundo o documento, a lei não estabelecerá limites ao exercício de atividades profissionais ou obrigação de inscrição em conselho profissional sem que a ausência de regulação caracterize risco de dano concreto à vida, à saúde, à segurança ou à ordem social. O artigo 5º da Constituição Federal determina que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Logo, a proposta traz prejuízos significativos aos direitos sacramentados em leis que dispõem sobre o exercício das profissões regulamentadas. Em minha opinião, ela é mais uma manifestação do obscurantismo dos terraplanistas de plantão.

Boa leitura!

CARTA DE FLORIANÓPOLIS ALTERNATIVAS PARA A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Crescimento econômico é uma condição necessária, porém insuficiente, para o desenvolvimento. Há diferentes interpretações sobre desenvolvimento econômico. No entanto, todas compreendem a distinção entre crescimento, uma abordagem quantitativa, e desenvolvimento, uma visão qualitativa.

O XXIII Congresso Brasileiro de Economia (CBE), que trouxe como tema central: "Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico", convocou os economistas a refletir sobre as escolhas das políticas econômicas praticadas, em um contexto no qual indicadores oficiais apontam para uma persistência da crise no país, com altas taxas de desemprego e reconcentração de renda.

O foco na austeridade fiscal como objetivo principal da política econômica em vigor desde 2015 tem contribuído significativamente para a persistência da estagnação, com todas as suas consequências econômicas, sociais e políticas. Isso pode ser ilustrado pelos 28,4 milhões de brasileiros desempregados, em situação de desalento ou subocupados (nível máximo), e pelo nível do Produto Interno Bruto (PIB) per capita que tem apresentado decréscimo em sua série histórica, conforme dados do IBGE.

O Congresso convocou os economistas a refletir sobre as escolhas das políticas econômicas praticadas em um contexto de persistência da crise no país.

As políticas econômicas de inspiração liberal, que pregam a visão de Estado mínimo como uma panaceia para os males, não encontram respaldo em experiências bem-sucedidas da maioria dos países. As ações restritivas das políticas sociais, o reposicionamento dos bancos públicos e a proposta de privatização de empresas estratégicas tendem a retardar a retomada do crescimento do país, que

A manutenção e o aprimoramento de políticas relacionadas à rede de proteção social reduzem as desigualdades tão profundas em nossa sociedade.

já traz em sua estrutura uma grave concentração de renda, além de disparidades regionais e sociais.

A reforma da legislação trabalhista, aprovada em 2017, prometendo ampliar o nível de emprego, não surtiu efeito, a não ser na ampliação da subocupação. As propostas de reformas da Previdência e tributária, em tramitação, além de não enfrentarem o âmago dos grandes problemas nacionais, acabam por penalizar a população brasileira. Tais reformas também comprometem a capacidade de retomada do crescimento, uma vez que reduzem a demanda agregada.

As propostas de reformas da Previdência e tributária, além de não enfrentarem o âmago dos grandes problemas nacionais, acabam por penalizar a população brasileira.

Na temática do meio ambiente, devem-se enfatizar dois pontos: evitar retaliações por parte dos parceiros comerciais, comprometidos com as pautas ambientais, e não permitir a deterioração da imagem do país, comprometendo sua credibilidade. É preciso estar mais atento às questões diplomáticas, pois impactam diretamente o setor exportador, o que pode agravar ainda mais a crise econômica.

Ao longo do Congresso, foram debatidas algumas alternativas de crescimento econômico para o Brasil, tais como a ampliação de gastos públicos com infraestrutura e políticas sociais, hoje limitados pela Emenda Constitucional 95/2016, a necessidade da simplificação e progressividade do Sistema Tributário, bem como a implementação de políticas que resultem no aumento de produtividade dos fatores econômicos.

Investimentos em projetos de infraestrutura criam importantes externalidades na economia, tanto para os setores produtivos quanto para o aquecimento do mercado interno. Além disso, a manutenção e o aprimoramento de políticas relacionadas à rede de proteção social reduzem as desigualdades tão profundas em nossa sociedade. Deve-se destacar que a garantia de acesso à educação e a um sistema de saúde públicos de qualidade é uma das principais formas de mitigar a heterogeneidade social no Brasil. Os gastos públicos geram efeito multiplicador que potencializam o crescimento da produção, da renda e, consequentemente, da arrecadação tributária. Ressalta-se que a ampliação do consumo de classes populares, que possuem alta tendência de consumir, bem como de investimento, são pilares para um projeto de crescimento.

O Brasil é um país rico, com grande extensão territorial, população e recursos naturais. Buscar o desenvolvimento econômico sustentável, para uma boa gestão dessa riqueza, requer respeito às instituições e aos marcos constitucionais.

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DISCUTIU RUMOS ECONÔMICOS PARA O BRASIL

Por Natália Kenupp
Fotos: Paulo Schmidt

Em um ano marcado por mudanças no campo político e econômico, o XXIII Congresso Brasileiro de Economia discutiu a Ciência Econômica sob diferentes enfoques que podem alterar a conjuntura atual. Cerca de 800 congressistas, entre economistas, estudantes de Economia e demais profissionais, estiveram reunidos em Florianópolis de 16 a 18 de outubro para discutirem o tema "Alternativas para a retomada do desenvolvimento econômico". O evento é realizado a cada dois anos pelo Conselho Federal de Economia em parceria com os Conselhos Regionais de Economia e neste ano foi organizado pelo Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC).

O Congresso Brasileiro de Economia discutiu a Ciência Econômica sob diferentes enfoques que podem alterar a conjuntura atual.

A programação do evento foi organizada em quatro blocos: Políticas Macroeconômicas, Desenvolvimento, Políticas Públicas, Relações e Inserção Internacional, com variados temas relacionados a cada uma dessas temáticas. Ao todo, foram 52 palestrantes, que abordaram os principais temas da conjuntura atual, tais como Política Fiscal e Tributária, Previdência e Política Social, Globalização 2.0 e Relações Internacionais, Energia e Sustentabilidade, e Distribuição de Renda, Desigualdade Social e Diminuição da Pobreza. As apresentações feitas pelos palestrantes estão disponíveis para download no site do Cofecon.

O XXIII CBE também proporcionou minicursos sobre os temas: Rota Financeira do Empreendedor de Sucesso, apresentado por André Luiz Koerich e Ademir Tenfen; Criatividade: pré-requisito para a inovação e conquista de diferencial competitivo, por Luiz Alberto de Souza Aranha Machado; e A Profissão do Economista Perito e Casos Relevantes, por André Luiz Koerich, Carlos Henrique Runze, Marlos Henrique dos Santos, Tacio Dagostini e Ademir Tenfen.

É tradição, nos Congressos Brasileiros de Economia, a apresentação de trabalhos científicos. Ao todo, 65 trabalhos foram exibidos, sobre temas variados, como "Distribuição pessoal de renda e progressividade tributária: uma análise comparativa entre Brasil e países selecionados"; "Políticas de combustíveis no Brasil: modelo de equilíbrio parcial para o bem-estar social e emissões de gases de efeito estufa"; e "A baixa liquidez monetária e os entraves do financiamento de longo prazo".

Simultaneamente à programação de palestras, minicursos e apresentação de trabalhos científicos ocorreu a etapa nacional da IX Gincana Nacional de Economia, coordenada pela conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral e que neste ano contou com dois novos jogos. Ao todo, participaram 30 duplas de universitários, representando 14 estados. O primeiro lugar ficou com os estudantes Lowan Nickolas Faria Rodrigues e Francisco Guilherme Dantas Neto, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em segundo lugar, Aline Oliveira Silva e Ubiravam Arão de Farias, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); e o terceiro lugar com os estudantes Luigi Bruno Dias Martinelli e Nathan Gabriel Presotto, da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Por fim, o quarto lugar ficou com Ramires Costa Ferreira e Paula Guollo, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Abertura do evento - O reconhecimento de profissionais e entidades que se destacaram na área econômica e o debate sobre atual conjuntura foram os destaques da cerimônia de abertura do XXIII Congresso Brasileiro de Economia. A mesa diretora foi composta pelas seguintes autoridades: o presidente do Conselho Regional de Economia de Santa Catarina (Corecon-SC), Paulo Polli Lobo; o vice-presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda; o prefeito de Florianópolis, Gean Marques Loureiro; o vice-presidente do Corecon-SC, Waldemar Bornahusen Neto; o presidente da Federação Nacional dos Economistas, Odisnei Antônio Béga; o presidente da Associação dos Conselhos Profissionais de Santa Catarina, Ari Geraldo Neumann; o secretário de estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina, Amandio João da Silva Júnior; o desembargador Leopoldo Augusto Bruggemann, representando o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, desembargador Rodrigo Collaço.

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, não esteve presente na abertura do evento, mas deixou uma mensagem aos congressistas. "Estamos em um momento muito penoso no Brasil. O obscurantismo, o ataque ao conhecimento, o ataque ao saber, os ataques às universidades, às escolas de nível médio e às escolas de nível básico, através dos contingenciamentos e cortes orçamentários, têm como objetivo manter sem cultura, sem conhecimento adequado, a população brasileira", argumentou Wellington Leonardo. O vice-presidente do Cofecon, presidente em exercício na ocasião, o representou na solenidade.

Antonio Corrêa de Lacerda destacou a importância de realizar o evento em um momento tão importante para o futuro do Brasil e deixou uma breve mensagem sobre o papel dos economistas e de entidades representativas dos economistas. "É importante a capacitação dos economistas nas mais variadas correntes teóricas para o entendimento e a discussão dos grandes problemas nacionais e internacionais. Sabemos também que as políticas econômicas não são neutras, daí a importância da correlação de se entender os aspectos técnicos com os

seus impactos políticos, econômicos e sociais", ressaltou o vice-presidente do Cofecon.

Premiações e Homenagens - Todos os anos, o Conselho Federal de Economia reconhece a produção acadêmica de economistas e estudantes de Econômica. A entrega do XXV Prêmio Brasil de Economia ocorreu durante a cerimônia de abertura. A iniciativa que busca incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes de Economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade Brasileira.

Na categoria Livro de Economia foram premiados os seguintes economistas: Beatriz Macchione Saes (1º lugar); José da Silveira Filho (2º lugar); e Fernanda Graziella Cardoso (3º lugar). Em Tese de Doutorado, os vencedores foram os economistas Tomás Amaral Torezani (1º lugar); Milanez de Lima Almeida (2º lugar); Autenir Carvalho de Rezende (3º lugar).

Já na categoria Dissertação de Mestrado, houve o reconhecimento dos seguintes economistas Arthur Henrique Santos Bronzim (1º lugar); Camila de Almeida Luca (2º lugar); Alex Rilie Moreira Rodrigues (3º lugar). Na categoria Artigo Técnico ou Científico, premiações para Augusta Pelinski Raiher (1º lugar); Keynis Cândido de Souto e Marco Flávio da Cunha Resende (2º lugar); Kalinca Léia Becker (3º lugar).

Por fim, na categoria Monografia de Graduação, foram premiados os seguintes estudantes Áurea Christina Santos Souza (1º lugar); Jefferson Chaves da Silva (2º lugar); e Ana Clara Ramos Simões (3º lugar).

Na ocasião, o Cofecon também homenageou entidades com a honraria Prêmio Destaque Econômico, nas categorias Desempenho Técnico, Mídia e Academia. Os nomes foram votados pelos plenários dos Conselhos Regionais de Economia e do Cofecon. Na categoria Academia, recebeu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); na categoria Mídia, foi homenageada a Carta Capital; e na categoria Desempenho Técnico, foi condecorado o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

A economista pernambucana Tania Bacelar foi reconhecida como Personalidade Econômica do Ano. Ao receber o Prêmio, Tania Bacelar afirmou que vai usar a distinção para continuar a sua luta, que é a luta de muita gente, por um Brasil desenvolvido.

"É um país que tem um enorme potencial para enfrentar o seu verdadeiro desafio, que não é o da agenda de curto prazo, não é só responder à pergunta de como se retoma o crescimento do PIB, é uma questão muito mais estratégica. Na minha visão, nosso grande desafio é como reposicionamos o Brasil no Século XXI. Não devemos nos basear nos modelos do século XX porque o mundo mudou. Temos que olhar fora da caixa e olharmos para o nosso potencial, de sermos uma nação soberana, respeitosa ao meio ambiente, voltada para a construção de uma sociedade justa, e o Brasil tem condição de ser isso. Contem comigo nessa luta", concluiu Tania Bacelar.

Finalizando a cerimônia de abertura, o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, que foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento estabelecido pelos BRICS, em Xangai, e diretor-executivo pelo Brasil e outros países no

Fundo Monetário Internacional, proferiu palestra sobre o tema "Situação e Perspectivas da Economia Brasileira". Ao final da apresentação houve o lançamento do livro "O Brasil não cabe no quintal de ninguém", de autoria do palestrante.

Mulher Economista - Um dos destaques da programação do evento foi o Fórum das Mulheres Economistas que, desde 2016, vêm ocorrendo nos principais eventos do ano do Sistema Cofecon/Corecons. Neste ano, o debate foi coordenado pela conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral, ao lado da coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista, do Cofecon, conselheira federal Maria Auxiliadora Feitosa.

Primeira a se apresentar, a economista Ana Claudia Arruda, presidente do Conselho Regional de Economia de Pernambuco (Corecon-PE) apresentou um histórico sobre como a mulher foi retratada na história da civilização humana até hoje. Já a economista Norma Casseb relatou o retrato da crise da atividade econômica, com dados de desaceleração econômica a partir de 2013, assim como dados referentes a situação das mulheres no mundo. Cristiane Mancini falou sobre assédio no trabalho, apresentando dados nacionais e internacionais sobre o tema, e a economista Mariana Jansen destacou dados sobre a mulher economista no mercado de trabalho, considerando a baixa representatividade.

Fórum dos Economistas da América Latina e Caribe – Pela primeira vez, o Congresso Brasileiro de Economia realizou um debate com esse enfoque, com palestras do economista Ramón Labañino e do filósofo Guilherme Boulos. Em sua palestra, o economista cubano chamou a atenção para a desigualdade social na região ao relatar que um em cada 10 latino-americanos vive em pobreza extrema, o máximo índice alcançado em uma década, segundo a CEPAL. Já Guilherme Boulos apresentou uma proposta de Reforma Tributária, criticando o sistema vigente. Ao final de sua apresentação, propôs uma nova forma de tributação, que inclui 20% sobre lucros e dividendos e a criação do Imposto Verde, que seria uma taxação da emissão de carbono do setor de combustíveis, vinculação da Cide e investimentos de mudança de matriz energética, além de medidas de estímulo como IPI e IPVA ecológicos.

COMÉRCIO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMPLEXIDADE ECONÔMICA

Por César Roberto Leite da Silva

I. Introdução

Até o início de 1999 o Brasil adotava um regime de taxas fixas de câmbio. Fixas no sentido que era determinada pelas autoridades monetárias, mas reajustadas com frequência. Nesta data adotou-se o regime de metas para inflação – o governo passaria a controlar a taxa de juros e o câmbio seria flutuante.

Mesmo com essa mudança no regime cambial, nota-se que desde a implantação do Plano Real (1994) há uma tendência de apreciação da moeda nacional, o que, em tese, não favorece as exportações. No início dos anos 1990 o saldo da balança comercial brasileira foi sistematicamente negativo, até 2000. Os saldos positivos, registrados desde então, foram alcançados graças ao expressivo crescimento das exportações de produtos agrícolas. Desde 2008 o saldo comercial das manufaturas foi crescentemente negativo.

CÉSAR ROBERTO LEITE DA SILVA
É formado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo. Na mesma instituição completou o Mestrado e o Doutorado, também em Ciências Econômicas. Na Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz, da USP, completou o Pós-Doutorado em Economia Aplicada, em 1997. Atualmente é professor titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

"O que se observa nos países desenvolvidos é uma mudança na qualidade da produção industrial, privilegiando bens mais complexos e que demandam alto conteúdo de pesquisa e desenvolvimento".

Além do aumento da participação, em termos físicos, das exportações agrícolas, a elevação dos preços das commodities observada neste período ajudou a elevar o saldo comercial do setor. O sucesso externo do agronegócio, devido às formidáveis vantagens comparativas de seus produtos, ajudou a estabelecer a ideia de que não haveria problemas se o Brasil se caracterizasse como exportador de commodities. Vale lembrar que as exportações de minérios e combustíveis também se elevaram neste período.

Mas surgiram algumas críticas a essa espécie de modelo econômico: a ênfase na produção de commodities, agrícolas e minerais, associada ao Real apreciado, produziram uma forte desindustrialização. Os críticos desta abordagem costumam lembrar que é natural que, ao longo do processo de desenvolvimento, a participação da indústria no produto tenda a diminuir, enquanto a de serviços aumenta. Isto é verdade, mas o que se observa nos países desenvolvidos é uma mudança na qualidade da produção industrial, privilegiando bens mais complexos e que demandam alto conteúdo de pesquisa e desenvolvimento.

A ênfase na produção de commodities, agrícolas e minerais, associada ao Real apreciado, produziram uma forte desindustrialização.

A partir destas considerações este trabalho pretende discutir a importância da complexidade econômica no processo de desenvolvimento econômico. O primeiro item aborda sucintamente a relação entre desenvolvimento e industrialização. Em seguida são apresentadas as contribuições do Atlas da Complexidade Econômica para entender o processo de desenvolvimento. Em seguida explora um pouco a evolução da indústria brasileira, refletida nas exportações, sob a ótica da complexidade. Para encerrar, algumas considerações finais.

1. Desenvolvimento econômico e industrialização.

De forma bem esquemática, pode-se dizer que a literatura que trata do desenvolvimento econômico pode ser dividida em duas vertentes. Para os autores de extração neoclássica o mercado é capaz de promover as transformações necessárias para iniciar um processo de desenvolvimento econômico. Já para os estruturalistas o desenvolvimento só pode ser alcançado com a mudança na estrutura econômica do país, transferindo recursos das atividades com baixa produtividade para os setores com alta produtividade.

Para estes autores[1] as atividades econômicas não são neutras no que se refere à sua capacidade de promover o desenvolvimento. As atividades que têm maior possibilidade de iniciar este processo são as que apresentam retornos crescentes de escala, grande intensidade de inovação tecnológica, divisão do trabalho dentro e entre empresas e externalidades positivas, provocando fortes sinergias. Estas empresas operam, em geral, em mercados não competitivos, apresentam rápido progresso técnico, que é uma característica do alto conteúdo de pesquisa e

[1]No caso latino americano destacam-se, como autores estruturalistas, Raúl Prebish e Celso Furtado.

desenvolvimento, alta concentração industrial e barreiras à entrada. Estes setores são, por excelência, compostos pelas atividades industriais.

Estas características são opostas às que estão presentes nas atividades que geram pouco valor adicionado, frequentemente operam em mercados próximos da concorrência perfeita, têm baixo conteúdo de pesquisa e desenvolvimento e, consequentemente, pouca inovação tecnológica e poucas possibilidades de explorar significativamente a divisão do trabalho e desenvolver sinergias.

Em resumo, a sofisticação e complexificação do tecido produtivo parecem ser características das economias mais desenvolvidas. Mas resta um problema: como testar a hipótese de que o desenvolvimento econômico está associado a uma indústria complexa que não opera em concorrência perfeita e apresenta tantas "falhas de mercado", como anteriormente citado? E, para complicar, estas ideias não se coadunam com a visão liberal, ou melhor, neoliberal da economia, tão em voga.

A sofisticação e complexificação do tecido produtivo parecem ser características das economias mais desenvolvidas.

2. Complexidade econômica e desenvolvimento

Pode-se dizer que a resposta a esta questão foi bem encaminhada com a publicação do Atlas da Complexidade Econômica[2] , publicação resultado da parceria entre o Media Lab do MIT e da Kennedy School, de Harvard. O trabalho coordenado pelos professores Hausmann e Hidalgo permite avaliar indiretamente a sofisticação da indústria de um país por meio de suas exportações[3].

A complexidade econômica de um país está assentada em dois conceitos: ubiquidade e diversidade dos produtos exportados. Se o país exporta bens não ubíquos e tecnologicamente complexos pode-se concluir que o país tem uma indústria sofisticada com alto teor de complexidade. Vale comentar um pouco estes dois conceitos. A não ubiquidade precisa estar associada à presença de bens que demandam alta tecnologia, como aviões e equipamentos médicos sofisticados, que são produzidos por poucos países. Um contraexemplo são os metais e pedras preciosas, que poucos países exportam mas não demandam conhecimento altamente especializado para sua extração. Já a diversidade se refere a um grande número de produtos exportados com elevada complexidade. Mais um contraexemplo: uma pauta com muitos produtos agrícolas e minerais não são indício de diversidade associada ao desenvolvimento.

A complexidade econômica de um país está assentada em dois conceitos: ubiquidade e diversidade dos produtos exportados.

As indústrias que produzem bens que exigem grande complexidade no processo e alto conteúdo tecnológico, além de economias de escala, mas também por isso, tendem a apresentar externalidades positivas de rede e de aglomeração. Como consequência, são formadas redes produtivas locais altamente sofisticadas. As empresas pioneiras criam alta dependência de seus clientes (vendor lock-in) justamente porque não operam em concorrência, e o custo, monetário ou não, para trocar de fornecedor seria muito elevado. Este processo tende a reforçar os

[2]Hausmann; Hidalgo et al (2011)
[3] No Brasil vale destacar o trabalho do professor Paulo Gala (2017), da FGV de São Paulo.

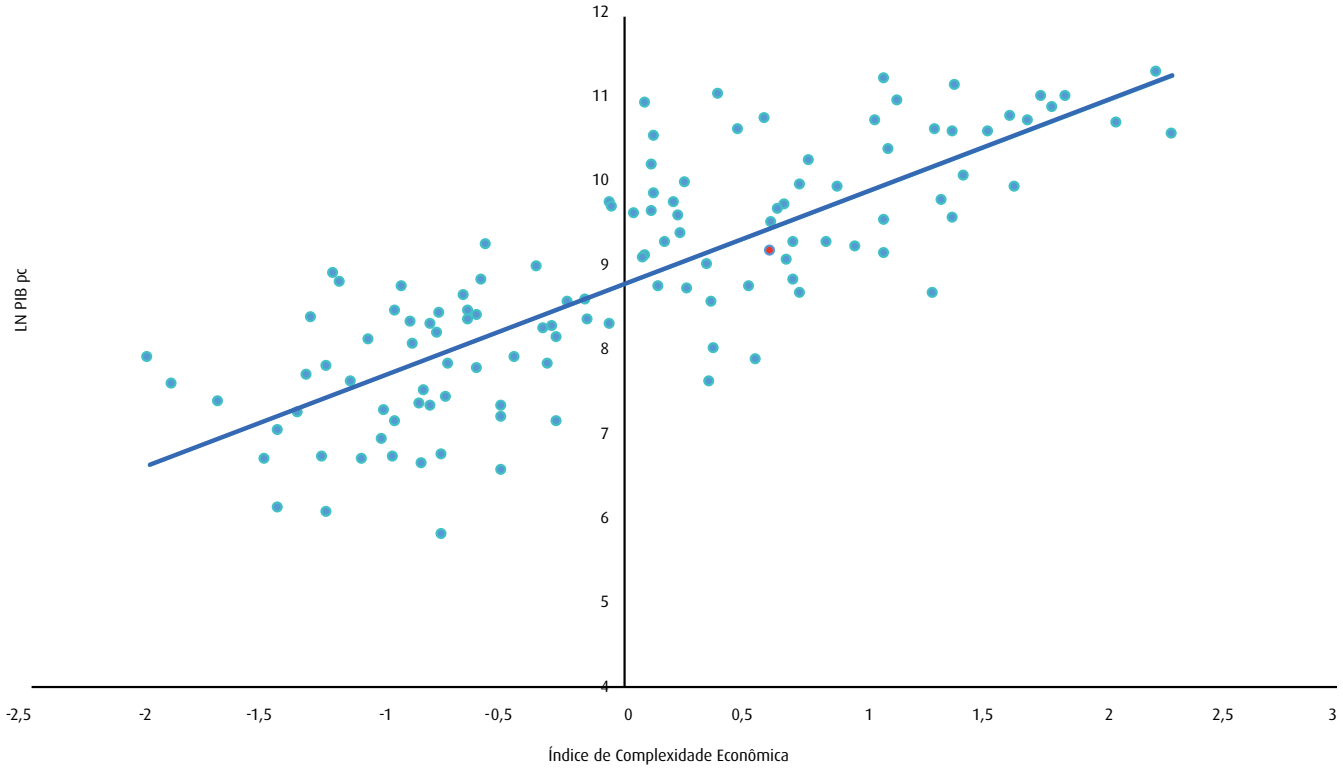
nós das redes produtivas locais. Lembrando que uma das características da complexidade econômica é a não ubiquidade de seus produtos, o comércio internacional reforça esta tendência, pois o mercado fica ampliado na proporção dos parceiros comerciais.

Uma característica fundamental destas redes é que são locais, e, portanto, não transacionáveis. Transacionáveis são os produtos que elas fabricam. Com esses elementos não fica difícil perceber a relação entre a exportação de bens complexos e o desenvolvimento econômico.

Analisando a pauta exportadora dos países foi possível medir indiretamente a sofisticação de seus tecidos produtivos. Técnicas de computação, de redes e complexidade, aplicadas a big data, com informações econômicas sobre praticamente todos os países, possibilitaram que os autores do Atlas criassem índices de complexidade econômica anuais (ICE) para cada país, começando em 1963. São registrados valores negativos e positivos. Quanto maior o valor do índice maior a complexidade.

Uma primeira aproximação para testar a relação entre complexidade econômica e desenvolvimento é investigar uma possível correlação entre os índices de complexidade e o PIB per capita, dos países. A figura 1 representa 119 países que, em 2017, tinham essas informações. A linha de tendência ajustada entre os pares de pontos sugere que a relação entre essas variáveis é crescente. Como exemplos, pode-se citar a Suiça, que nesta data tinha um PIB per capita de US$ 80.763, e um índice de complexidade igual a 2,2439, e Malawi, com renda de US$ 325,01 e índice de complexidade de -0,7687. O ponto vermelho na figura 1 representa o Brasil.

Figura 1 - Índice de Complexidade Econômica e PIB per capita de 119 países, 2017



- O ponto vermelho representa o Brasil.
Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do IMF e do Atlas da Complexidade Econômica

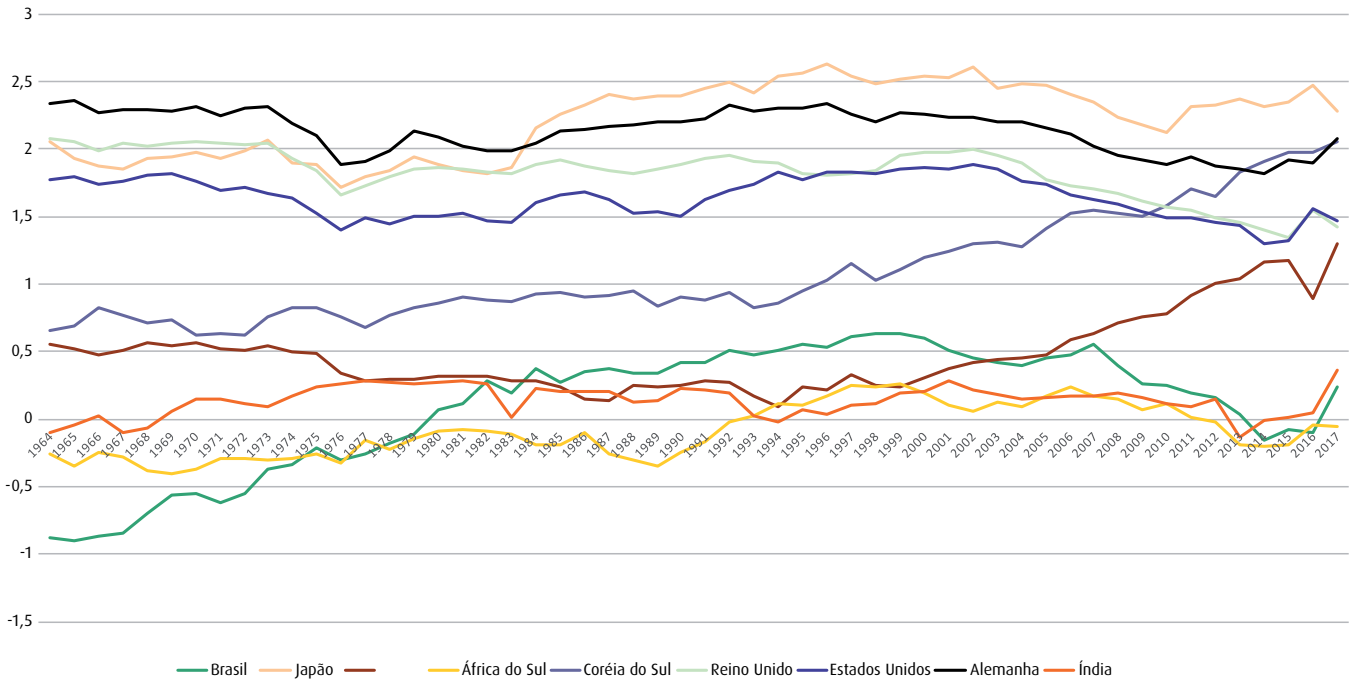
Os países conhecidos como emergentes, que aumentaram significativamente suas rendas nos últimos anos, aumentaram a complexidade econômica de suas exportações. Os casos mais emblemáticos são a Coréia do Sul e a China. Países tradicionalmente ricos, como o Japão, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha apresentam elevados e estáveis ICE. Índia e África do Sul têm ICE modestos e relativamente estagnados. Um caso interessante é o Brasil, que, em 1964, começo da série, era o país, entre os considerados, com menor ICE, mas até o início dos anos 2000 mostrou um crescimento consistente. Entretanto, a partir desse período, regrediu consideravelmente (Figura 2).

Os países conhecidos como emergentes, que aumentaram significativamente suas rendas nos últimos anos, aumentaram a complexidade econômica de suas exportações.

A complexidade econômica do Brasil

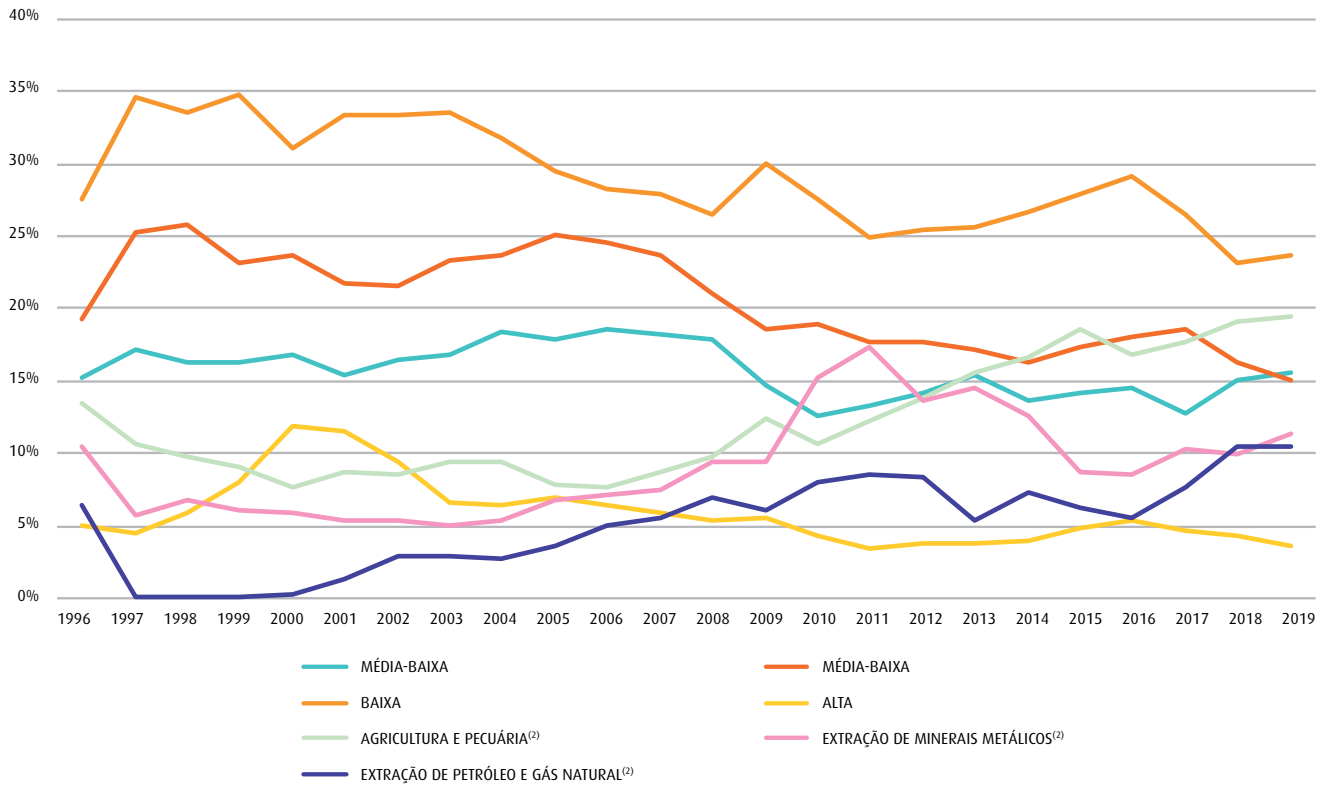
É possível observar a evolução das mercadorias exportadas pelo Brasil, classificadas segundo a intensidade tecnológica. Na indústria de transformação há 4 categorias: baixa, média baixa, média alta e alta intensidades. As atividades de agricultura e pecuária, extração de minerais metálicos e extração de petróleo e gás natural não estão classificadas como indústria de transformação (NCIT). A conclusão da análise é que nos últimos anos a participação da agricultura e pecuária, da extração de petróleo e gás natural aumentou, enquanto as atividades de alta, média alta, alta e média baixa, quando não declinaram, ficaram estagnadas (figura 3). Este fato é reforçado pela comparação do ICE de 2017, que foi de 0,24, com o de 1998, o mais alto da série, 0,61. Este fenômeno foi batizado de "reprimarização" das trocas internacionais brasileiras (GONÇALVES, 2001) ainda no início dos anos 2000, e, infelizmente, se acentuou desde então.

Figura 2 - Índices de Complexidade Econômica de Países Selecionados, 1964-2017



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Atlas da Complexidade Econômica

Figura 3. Exportações brasileiras da indústria de transformação por intensidade tecnológica, 1996-2019(1) (em %)



(1) Até outubro de 2019
(2) Estas atividades não são consideradas Indústrias de Transformação
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Comex-Stat

Pode-se ter uma boa ideia da complexidade econômica de uma mercadoria consultando uma tabela do The Atlas of Economic Complexity, onde os produtos são classificados em 34 comunidades de acordo com seu Índice de Complexidade Médio (Average PCI)4 No topo da lista estão as máquinas, com índice de complexidade médio de 2,54, seguidas pelos eletrônicos, 2,25. No final, com os menores índices estão as commodities agrícolas algodão, arroz e soja, entre outras, com -2,25. De modo geral os produtos agrícolas e minerais não processados têm os menores índices de complexidade.

O Brasil aparece como primeiro exportador de produtos agrícolas diversos (APCI - 0,78), segundo exportador de cereais de óleos vegetais (APCI -0,34) e carne e ovos (APCI 0,64)5. Comparando um dos anos em que O Brasil apresentou maior ICE, 1997, com 2018, nota-se que no primeiro ano, por ordem de importância na pauta exportadora, estão produtos de baixa intensidade tecnológica, seguidos pelos de média-alta intensidade. Em terceiro lugar estão os produtos NCIT, quase na mesma proporção que os de média-baixa intensidade tecnológica. Por último, modestamente estão os produtos de alta tecnologia, como informática e eletrônica e aeronaves (Figura 4). Em 2018 os produtos NCIT ocupam o primeiro lugar, com folga, seguidos pelos de baixa tecnologia, média-alta e média-baixa. Por último, e ainda modestamente, os de alta tecnologia (Figura 5).

[4]Hausmann; Hidalgo et al (2011), Table 5.1, p. 49.
[5]Ibidem.

Figura 4 - Exportações brasileiras por grau de complexidade econômica, 1998.

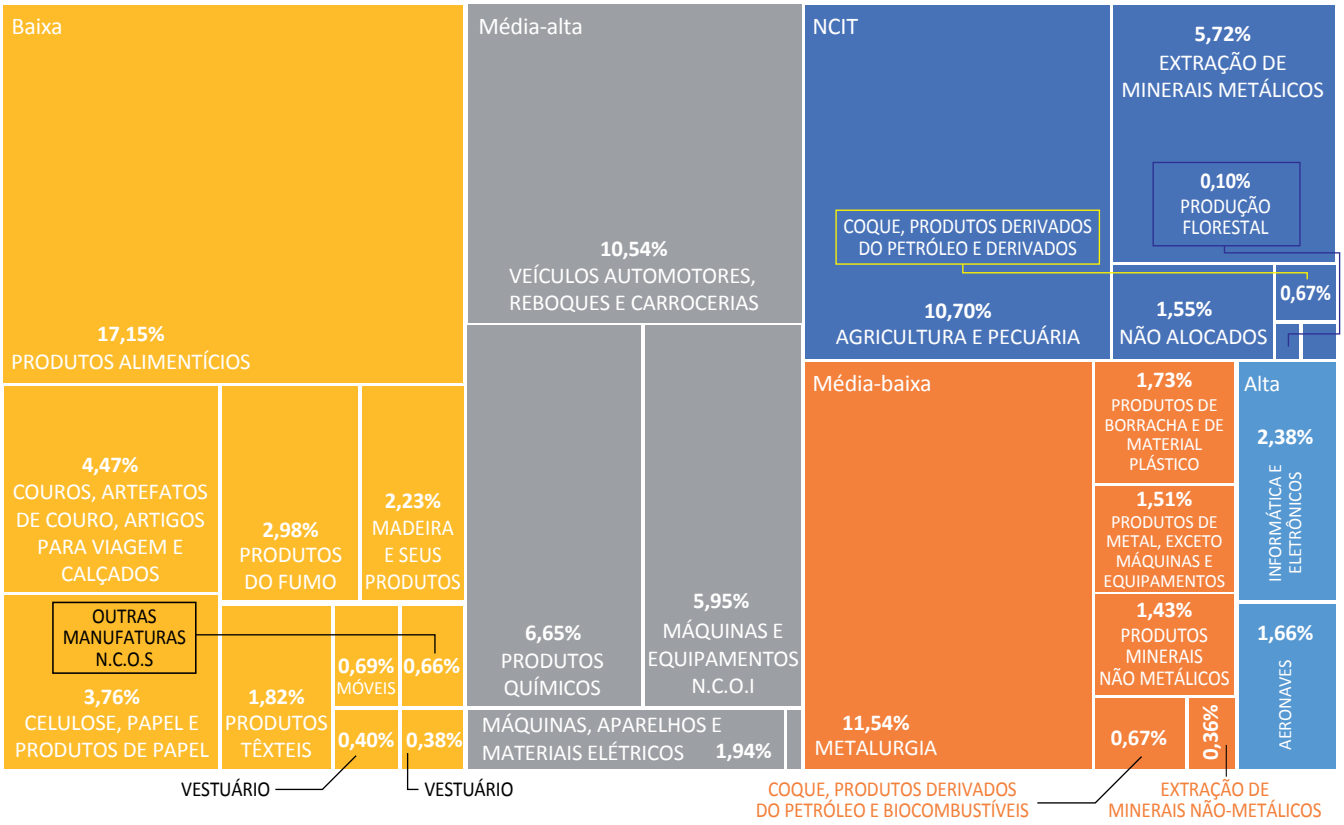
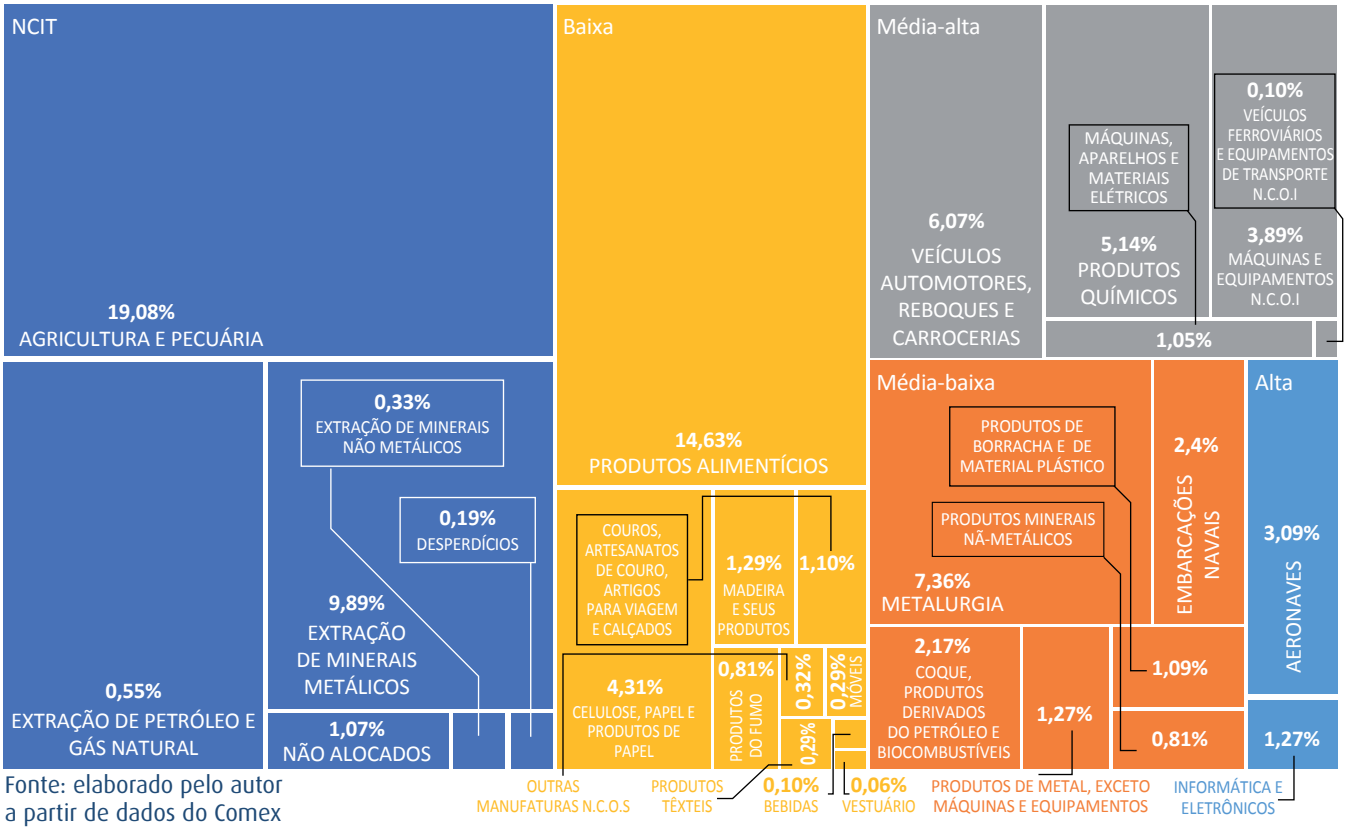
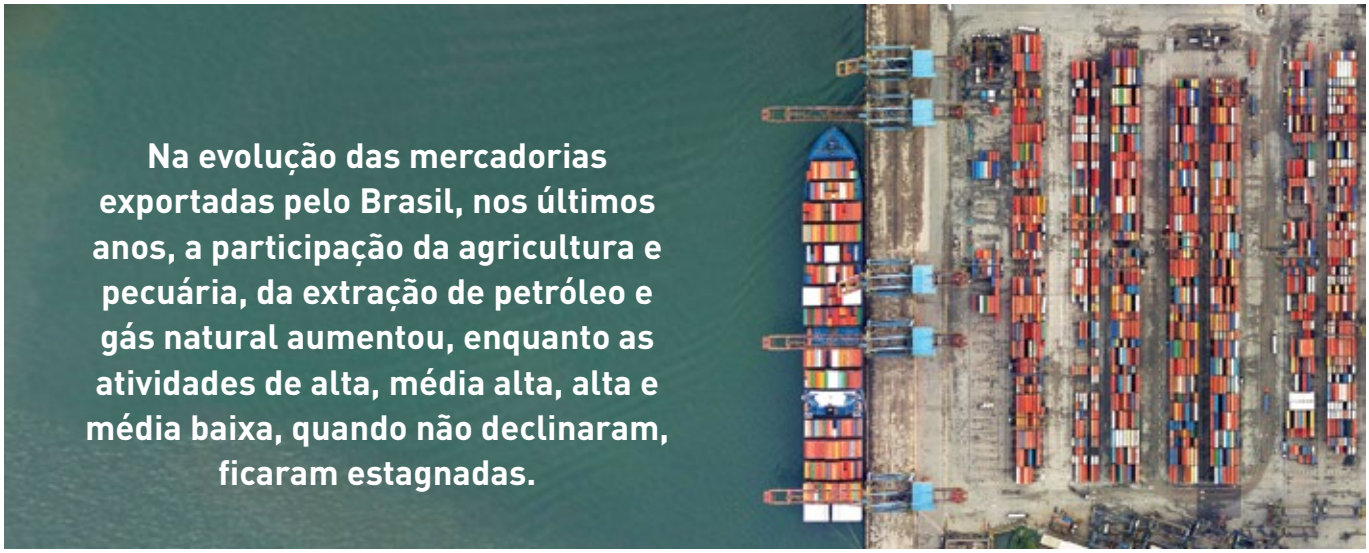


Figura 5 - Exportações brasileiras por grau de complexidade econômica, 2018.



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados do Comex



Na evolução das mercadorias exportadas pelo Brasil, nos últimos anos, a participação da agricultura e pecuária, da extração de petróleo e gás natural aumentou, enquanto as atividades de alta, média alta, alta e média baixa, quando não declinaram, ficaram estagnadas.

Considerações Finais

A crise econômica brasileira, expressa sobretudo pelo aumento do desemprego e queda do produto, aparenta ser de difícil superação. As medidas de contenção, justificadas pela crise fiscal, operam no sentido pró-cíclico, agravam a situação. A justificativa é que a disciplina fiscal e uma série de reformas, da previdência, trabalhista, tributária e do estado, entre outras, "destravariam" a economia. Passado algum tempo, já há quase um consenso entre os analistas que a ênfase na oferta não basta. É necessário algum estímulo por parte da demanda.

Os envolvidos nessa discussão, em sua maioria, ignoram um aspecto importante: a qualidade da recuperação econômica. Por qualidade entenda-se quais atividades serão responsáveis pela retomada do crescimento. As considerações dos itens anteriores desse texto sugerem que os diferentes ramos da atividade econômica não são neutros quanto aos seus efeitos sobre o desenvolvimento.

Países ricos são aqueles que produzem bens complexos que exigem muita pesquisa e desenvolvimento, e que exportam intensivamente estes produtos.

A experiência mundial indica que países ricos são países que produzem bens complexos que exigem muita pesquisa e desenvolvimento, e que exportam intensivamente estes produtos. O Brasil trilhou um caminho oposto: os resultados positivos das exportações estão apoiados em commodities. Este fato é um reflexo da evolução da estrutura econômica, que reflui em direção a um passado de já se julgava superado.

Referências e indicações para a leitura

- HAUSMANN, R.; HIDALGO, C.A.; BYSTIS, S.; COSCIA, M.; CHUNG,S.; JIMENEZ, J.; SIMÕES, A.; YILDIRIM, M.A. The Atlas of Economics Complexity – Mapping Paths to prosperity. Puritan Press, 2011. Disponível em http://atlas.cid.harvard.edu/ ou https://oec.world/static/pdf/atlas/AtlasOfEconomicComplexity_Part_I.pdf
- GALA,. Paulo. Complexidade Econômica: uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2017.
- GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, 2001. p. 13-34
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana. In: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/2010.Doenca_holandesa_neutralizacao_abordagem_ricardiana.pdf

A TAXA DE CÂMBIO E O PROCESSO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO EM PAÍSES DE RENDA MÉDIA

Por Nelson Marconi

1. Por que a taxa de câmbio é importante para o crescimento econômico?

A taxa de câmbio desempenha um papel muito importante no processo de desenvolvimento econômico, comprovada por vasta literatura sobre o tema. A título de exemplo, cito os recentes artigos de Gusman, Ocampo e Stiglitz (2018) e Dao, Minoiu e Ostry (2017), assim como os tradicionais trabalhos de Bresser-Pereira (2012) e Rodrik (2008)[1], dentre muitos outros. É um preço essencial para os empresários e trabalhadores, principalmente em países que se encontram distantes da fronteira tecnológica. Para aqueles que se situam em tal fronteira, certamente a taxa de câmbio é uma variável menos relevante para as empresas, pois elas competem mais através da diferenciação de produtos que via guerra de preços. Mas esse não é o caso de países em desenvolvimento. Uma das principais justificativas para a relevância da taxa de câmbio para este grupo de países reside no argumento apresentado a seguir.

NELSON MARCONI

Doutor e professor de economia e finanças públicas da Fundação Getúlio Vargas no curso de Administração Pública. É Coordenador do Fórum de Economia da FGV e do CND - Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo, vinculado à EAESP-FGV. Foi presidente da Associação Keynesiana Brasileira durante o biênio 2015-2017, coordenador do curso de graduação em economia da EESP-FGV no período 2010-2013, e coordenador do programa de governo do pré-candidato à Presidência Ciro Gomes. Atualmente desenvolve trabalhos sobre política macroeconômica e o papel da indústria e dos serviços modernos no processo de desenvolvimento econômico, bem como sobre política fiscal e gestão de recursos humanos no setor público.

As taxas de lucro são razoavelmente diferentes nos diversos setores da economia. Normalmente elas são maiores nos setores que possuem maior poder de mercado, que são aqueles que conseguem diferenciar seus produtos em economias mais avançadas tecnologicamente, ou que possuem vantagens comparativas na produção ou extração de algum produto natural. Buscando reforçar este argumento, estimei - junto com João Guilherme Machado, a partir de uma amostra de 43 países do banco de dados WIOD, disponível para o período de 2000 a 2014 (Timmer et al, 2015)[2] -, que as margens de lucro são maiores para setores que produzem bens com alto conteúdo tecnológico em países de renda alta e para setores que produzem bens com baixo conteúdo tecnológico, associados à disponibilidade de recursos naturais ou mão-de-obra abundante, em países de renda média ou média alta.

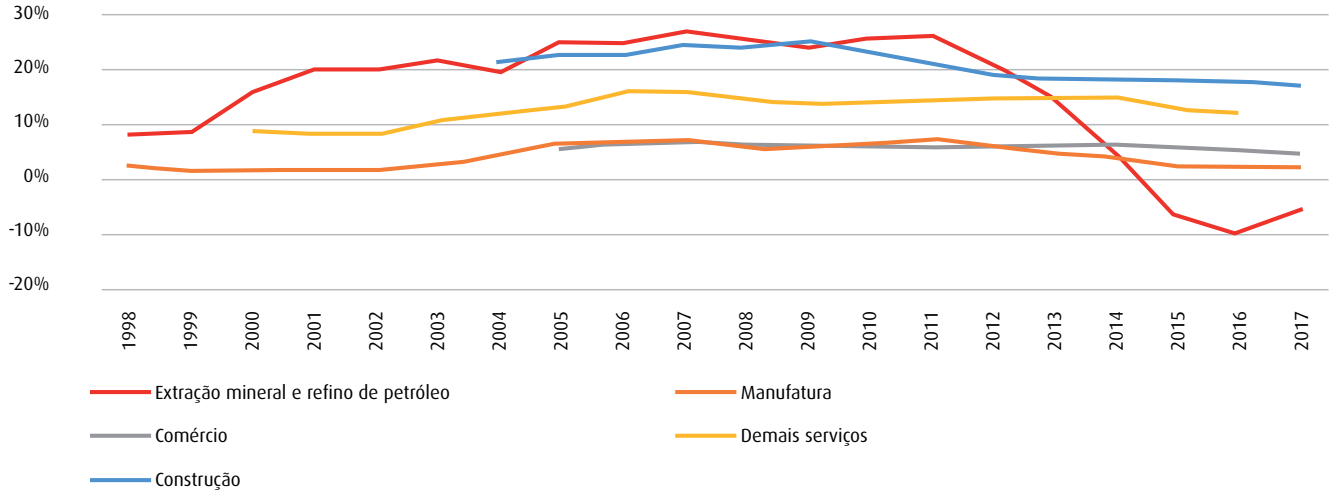
As margens de lucro são maiores para setores que produzem bens com alto conteúdo tecnológico em países de renda alta.

Os setores que auferem as maiores taxas de lucro estariam menos suscetíveis aos efeitos negativos de períodos de queda do nível de atividade e dos impactos prejudiciais de mudanças nas estruturas de custos e receitas derivadas de medidas de políticas econômicas sobre os investimentos. Os demais setores sofrem mais intensamente tais efeitos, visto que previamente já registram taxas de lucro inferiores e, portanto, não possuem um excedente que os possibilite manter a taxa de lucro em um patamar razoável mesmo em períodos de crise ou desajuste macroeconômico. Por consequência, o investimento - que depende da margem de lucro esperada, dentre outros fatores -, se reduzirá proporcionalmente mais nestes últimos setores e haverá uma reorientação da estrutura produtiva na direção daqueles que registram as taxas de lucro mais elevadas.

Em países como o Brasil, que possui vantagens comparativas na exploração de recursos naturais, os setores que apresentam as maiores margens de lucro são os produtores de primários (pelo menos assim foi até o início da crise vivenciada pela Petrobrás). Também podemos notar no Gráfico 1 que as margens de lucro (receitas – custos/ receitas) são menores na manufatura[3].

Gráfico 1 - Margens de lucro setoriais (em%) no período entre 1998 e 2017

Margens de lucro (média móvel dos três últimos anos)



Logo, crises ou desequilíbrios macroeconômicos restringem a possibilidade de sofisticação da estrutura produtiva da economia brasileira, isto é, a orientação da produção e do emprego na direção dos setores que geram bens com maior valor adicionado, ou de maior complexidade econômica, no sentido definido por Hausmann et al.[4]

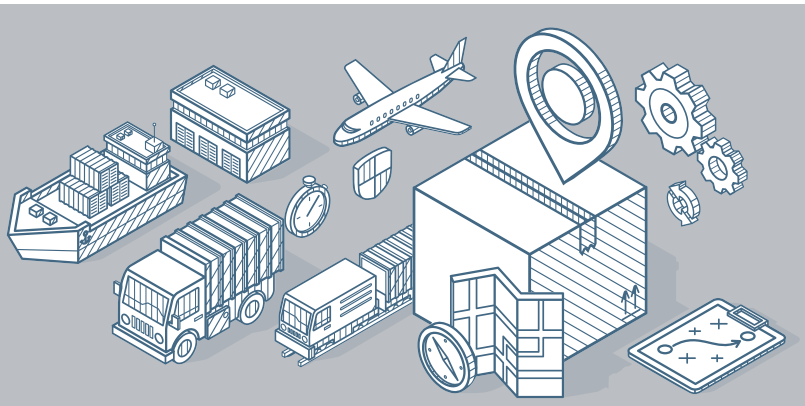
Um desequilíbrio macroeconômico pode ser causado por diversos fatores. Por que, então, atentar tão especificamente para os impactos causados pela taxa de câmbio sobre a atividade econômica? Porque a sua volatilidade e apreciação pode afetar os custos e receitas das empresas mesmo que elas sejam eficientes e também restringir o acesso das empresas competitivas tanto ao mercado externo como ao interno; porque os nossos seguidos governos têm utilizado a taxa de câmbio apreciada como um instrumento de controle à inflação, relegando a um segundo plano seus efeitos deletérios sobre a produção, que necessitam ser constantemente ressaltados; porque o barateamento dos bens e serviços importados impedem a sociedade de perceber, de forma imediata, os efeitos prejudiciais da apreciação, enquanto os impactos negativos de uma elevação da carga tributária ou da taxa de juros parecem ser mais evidentes; e porque muitos empresários argumentam que a apreciação cambial não é um problema e que na verdade outros custos são mais significativos, como a burocracia e a carga tributária, mas eles parecem não compreender que, mesmo se todos esses fatores estivessem ajustados e contribuindo para a sua eficiência, a sobreapreciação da moeda, quando perene, neutralizaria todas essas virtuais reduções de custos.

Por que atentar tão especificamente para os impactos causados pela taxa de câmbio sobre a atividade econômica?

Uma taxa de câmbio apreciada interrompe o acesso das empresas ao mercado doméstico porque mesmo as empresas mais eficientes não conseguem competir com os importadores que colocam seus produtos a um preço artificialmente mais barato – quando cotado na moeda nacional - no mercado interno, e os exportadores não conseguem uma receita em reais adequada que os estimule a vender no exterior, mantido o preço constante na moeda estrangeira. Esse é o que eu estou intitulando de primeiro estágio das consequências da apreciação cambial.

Se a apreciação for prolongada, os empresários do setor manufatureiro, racionalmente, irão tentar reduzir seus custos laborais ou, aproveitando-se da apreciação, importar insumos mais baratos a fim de tentar recuperar suas margens de lucro. Ao adotar essa última estratégia, a demanda interindustrial é enfraquecida, bem como as cadeias produtivas,

Mesmo as empresas mais eficientes não conseguem competir com os importadores que colocam seus produtos a um preço artificialmente mais barato.



reforçando a desindustrialização. Esse seria o segundo estágio das consequências da apreciação.

Em artigo escrito em colaboração com Magacho, Machado e Leão,[5] mostramos que, entre dezoito setores industriais analisados, somente quatro tiveram crescimento maior do coeficiente de exportações que de importações entre 2000 e 2014, sendo apenas um de alto conteúdo tecnológico (farmacêutico) e outros três intensivos em recursos naturais e de baixo conteúdo tecnológico (refino de petróleo, alimentos e papel e celulose). Assim, um outro argumento possível para refutar as consequências maléficas da apreciação, qual seja, que as importações mais baratas de insumos são revertidas em melhorias da competitividade e possibilitam a ampliação das exportações - até porque os países atualmente estão integrados às cadeias globais de valor -, não parece aplicar-se à maioria dos setores industriais brasileiros.

Entre dezoito setores industriais analisados, somente quatro tiveram crescimento maior do coeficiente de exportações que de importações entre 2000 e 2014.

O terceiro estágio desse processo ocorre quando o produtor desiste de produzir localmente e decide se transformar em um importador do bem final. Nesse momento, a desindustrialização se agrava. Os consumidores, por seu turno, tendem a preferir a moeda apreciada porque os produtos importados ficam mais baratos, bem como as viagens ao exterior. Mas essa é uma visão míope e de curto prazo: primeiro porque quando os importados ficam mais baratos, eleva-se a renda disponível em um primeiro momento, e por consequência a demanda por bens e serviços que não sofrem concorrência externa, se tornam mais caros e terminam compensando a queda dos preços dos comercializáveis. Como resultado, o poder de compra dos assalariados termina praticamente não se alterando, dependendo da cesta de consumo deles, porque a apreciação da moeda nada mais é que uma mudança na relação entre os preços de bens e serviços comercializáveis e não comercializáveis em favor destes últimos. Segundo, porque os trabalhadores, entusiasmados em um primeiro momento pela redução do preço dos importados, não percebem que no futuro próximo a desindustrialização reduzirá os empregos de qualidade e a renda que as pessoas possuíam para adquirir os produtos importados ou viajar para o exterior se esvai. A demanda agregada será atendida pelos produtos externos, isso é, vazará para o exterior, e o mesmo ocorrerá com os empregos.

Os consumidores tendem a preferir a moeda apreciada. Mas essa é uma visão míope e de curto prazo porque:

- o poder de compra dos assalariados termina praticamente não se alterando, dependendo da sua cesta de consumo.
- no futuro próximo a desindustrialização reduzirá os empregos de qualidade e a renda.

Deslocar a taxa de câmbio para um patamar competitivo significará elevar os custos de produção ou os preços dos próprios bens finais.

Uma vez atingido o segundo ou terceiro estágio das consequências da apreciação cambial, a reversão não é simples. Deslocar a taxa de câmbio para um patamar competitivo significará elevar os custos de produção ou os preços dos próprios bens finais. Após tantos anos de apreciação, como é o caso da economia brasileira, a estrutura produtiva já se adequou a esse novo cenário e aumentou a participação de importados no processo produtivo (a taxa de câmbio só retornou a um patamar competitivo nos últimos meses, tendo permanecido apreciada desde 2006). Medidas complementares, como uma política industrial e tarifária compensatória (neste último caso, que reduza as alíquotas de insumos importados com um retorno progressivo aos níveis prévios), poderão ser necessárias. Alguns economistas têm questionado o fato de a taxa de câmbio estar em um patamar competitivo há alguns meses e não ter ainda ocorrido nenhuma reversão no saldo comercial de manufaturados. Ora, é obvio que após mais de dez anos de apreciação, alguns meses de câmbio competitivo serão insuficientes para reverter o quadro anterior. Não é com uma semana de tratamento que o alcoólatra vai largar o vício de anos.

2. Qual é a taxa de câmbio competitiva?

Falou-se muito em taxa de câmbio competitiva até aqui, mas não se definiu qual seria este patamar, que inclusive propiciou o cálculo da defasagem apresentada acima. Para que os empresários do setor manufatureiro se mantenham competitivos, e tenham estímulo a competir, é importante que as suas margens de lucro sejam próximas às obtidas por seus concorrentes tanto no mercado doméstico como no externo. Supondo que o preço de um produto manufaturado seja relativamente semelhante para todos os competidores no mercado global, a equalização das margens de lucro requer custos médios de produção também semelhantes. Como um dos principais componentes de custos é o trabalho, então uma medida aproximada da competividade seria a comparação entre os custos unitários do trabalho, conforme argumentei em artigo de 2012.[6]

Para que os empresários do setor manufatureiro se mantenham competitivos é importante que as suas margens de lucro sejam próximas às obtidas por seus concorrentes.

Logicamente, essa medida de competitividade é restrita porque considera, primeiro, que a proporção entre capital e trabalho não se altera para os diversos competidores, o que pode ser razoável apenas no curto prazo; segundo, porque há outros custos envolvidos no processo de produção, tais como os financeiros,

logísticos e tributários, dentre outros (ainda que, em termos agregados, o custo da mão de obra seja, em geral, mais relevante, dada sua participação no valor da produção); entretanto, considerar estas duas restrições no cálculo da taxa de câmbio necessária inviabilizaria a sua estimativa, dada a indisponibilidade da maioria das informações citadas; terceiro, os empresários podem substituir mão-de-obra por insumos importados, o que reduz a participação do trabalho local no processo produtivo, mas é exatamente isso que se deseja evitar para não ocasionar a desindustrialização, conforme citado anteriormente. Por isso, não se deve considerar essa possibilidade na cálculo da taxa de câmbio de equilíbrio necessária, Assim, estimamos a taxa de câmbio de equilíbrio para manter a competitividade de nossa indústria, a qual intitulamos de taxa de câmbio de equilíbrio industrial, como aquela que compensa o diferencial entre os custos unitários do trabalho em um país e seus competidores. O Federal Reserve de St. Louis e a OCDE, por exemplo, adotam esse mesmo critério como um indicador da competitividade de um país quando mensurada através do nível de sua taxa real de câmbio.[7]

3. A relação entre taxa de câmbio, inflação, salário real e poupança

Por fim, é necessário argumentar que a prática de uma taxa de câmbio competitiva não implica necessariamente em queda do poder de compra dos trabalhadores, nem que seu efeito seja o aumento da poupança dos empresários em detrimento da poupança dos trabalhadores. Como eu disse anteriormente, a apreciação cambial significa uma mudança de preços relativos em favor dos bens e serviços não comercializáveis; logo, depreciar a moeda significa o oposto. Assim, quem perde nesse processo, pois sofrerá uma redução de suas margens, são os ofertantes dos bens e serviços não transacionáveis com o exterior. Também é importante lembrar que para uma correção nominal da moeda se tornar uma correção real e assim ser bem-sucedida, não pode provocar uma aceleração relevante da inflação; do contrário, a correção nominal não se torna real e fracassa.

A apreciação cambial significa uma mudança de preços relativos em favor dos bens e serviços não comercializáveis; logo, depreciar a moeda significa o oposto.

Conectando esses dois argumentos, é possível afirmar que a depreciação será bem-sucedida se os aumentos dos preços dos bens e serviços comercializáveis, em função da desvalorização, forem compensados pela redução ou pelo menos manutenção dos preços dos não comercializáveis; dessa forma, os ofertantes destes últimos teriam que aceitar uma redução de suas margens, isso é, aceitar a mudança de preços relativos em prol dos comercializáveis. Se isso for verdade, a inflação não se elevará substancialmente em função da depreciação, e não haverá perdas relevantes para os salários dos trabalhadores. Por isso, pensar que a desvalorização real da taxa de câmbio necessariamente implica em redução do salário real me parece logicamente incorreto.

É fácil atingir o objetivo acima? Certamente não, mas a inexistência de indexação, e um cenário de desaquecimento do nível de atividade podem contribuir para reduzir o repasse, o chamado pass-through, da depreciação para os preços. No caso brasileiro, podemos observar que entre dezembro de 2017 e novembro de 2019 a taxa de câmbio nominal se depreciou em 26%, enquanto a taxa de inflação (acumulada em 12 meses) e o salário real médio encontram-se praticamente no mesmo patamar observado naquele período. Lógico que isso foi possível porque a economia está desaquecida e a taxa de desemprego, elevada, do contrário o repasse da

depreciação aos preços teria sido maior. A inflação de serviços, que são não comercializáveis em sua ampla maioria, caiu fortemente desde 2016, abrindo espaço para a mudança necessária nos preços relativos. Não estou defendendo a recessão, mas apenas afirmando que uma depreciação que desloque a taxa de câmbio real para o patamar necessário, quando a moeda estiver previamente apreciada, deve ser buscada pelos gestores da política econômica quando houver uma janela favorável, que para a economia brasileira ocorre neste momento.

A inflação de serviços, que são não comercializáveis em sua ampla maioria, caiu fortemente desde 2016, abrindo espaço para a mudança necessária nos preços relativos.

Na verdade, quando a depreciação é bem-sucedida, o poder de compra dos trabalhadores fica relativamente estável a princípio e à medida em que o investimento e a produtividade do capital se elevarem, estaremos no melhor dos mundos: os salários reais poderão inclusive subir acima da produtividade do trabalho, favorecendo a distribuição funcional da renda em prol dos trabalhadores, sem pressionar a inflação.

Como não há, nesse cenário, queda do salário real, também não há motivo para supor uma diminuição da poupança dos trabalhadores; na verdade, se realmente ocorrer uma elevação dos investimentos, da receita dos exportadores e a retomada do emprego, em resposta à manutenção da taxa de câmbio em um patamar competitivo (juntamente com outras medidas necessárias não discutidas neste artigo), tanto a poupança de trabalhadores como de empresários se elevará, como ensina a teoria keynesiana.

Não podemos abdicar de mais uma depreciação não planejada e desordenada, como a atual, e permitir que o câmbio se aprecie novamente, ainda mais que o custo da depreciação em termos de inflação e salários foi muito reduzido. Manter a taxa de câmbio em um patamar competitivo será essencial para retomarmos a trajetória do crescimento.

[1]Martin Guzman, Jose Antonio Ocampo e Joseph E. Stiglitz (2018). Real exchange rate policies for economic development. World Development, 110, 51–62.
Mai Dao, Camelia Minoiu, and Jonathan D. Ostry (2017). Corporate Investment and the Real Exchange Rate. IMF Working Paper, WP/17/183.
Bresser-Pereira, Luiz Carlos (2012). A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. Estudos Avançados, v. 26, n. 75.
Rodrik, Dani (2008). The real exchange rate and economic growth. Brookings Papers on Economic Activity, 2008(2), 365–412.
[2]Timmer, M. P., Dietzenbacher, E., Los, B., Stehrer, R. and de Vries, G. J. (2015), An Illustrated User Guide to the World Input–Output Database: the Case of Global Automotive Production, Review of International Economics, 23, 575–605.
[3]Os dados utilizados para os cálculos são originários das pesquisas anuais setoriais do IBGE (Indústria, Comércio, Serviços e Construção Civil). Não foi estimada a taxa de lucro porque para tal seria necessário conhecer o estoque de capital setorial, e essa informação não está disponível. Assim optou-se por estimar a margem como uma proxy para a taxa de lucro. Agradeço a ajuda de João Guilherme Machado para a confecção destas estimativas. Não há pesquisas semelhantes para o setor agrícola, infelizmente, mas em artigo de 2017 (O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. Estudos Avançados, 31(89), 97-109), demonstro que há fortes indícios de que a margem de lucro na agricultura é mais alta que na manufatura, dado que tanto sua produtividade como seu preço, comparado em termos relativos com o observado na indústria, são mais elevados.
[4]Hausmann, R., Hidalgo, C. A., Bustos, S., Coscia, M., Simoes, A., & Yildirim, M. A. (2014). The atlas of economic complexity: Mapping paths to prosperity. MIT Press
[5]Marconi, N., Magacho, G., Machado, J. G. R., & Leão, R. A. R. (2019). Profit Margins, Exchange Rates and Structural Change: Empirical Evidences for the period 1996-2017. Paper apresentado no IV Workshop for New Developmentalism, FGV.
[6]Marconi, N. (2012). The industrial equilibrium exchange rate in Brazil: an estimation. Brazilian Journal of Political Economy, 32(4), 656-669
[7]https://alfred.stlouisfed.org/series?seid=CCRETT02USQ661N e
http://www.oecd-ilibrary.org/economics/data/main-economic-indicators/main-economic-indicators-complete-database_data-00052-en..

EFETIVIDADE DE CHOQUES MONETÁRIOS E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Por Michel Cândido de Souza

Ao longo do último século, a trajetória de variáveis associadas ao nível de emprego apresentou um papel de destaque nas discussões macroeconômicas. Seja no campo estratégico (para auxílio de decisões dos policy makers) ou no arcabouço técnico (quanto as melhores alternativas para sua mensuração), o mercado de trabalho tem sido interpretado como um dos grandes motores das economias modernas. Consequentemente, sua boa organização e eficiência afetam diretamente o processo produtivo de um país. Fatores como o tempo médio de procura por um emprego, a probabilidade de uma nova vaga ser preenchida, a taxa de destruição/criação de postos de trabalho e a combinação entre procura e oferta de vagas podem explicar muito dos índices de ocupação da mão de obra formal. Logo, componentes informacionais, sazonais, geográficos e até mesmo institucionais, possuem grande importância na análise do mercado de trabalho.

O mercado de trabalho tem sido interpretado como um dos grandes motores das economias modernas.

Após a segunda guerra, podemos vislumbrar dois períodos distintos quanto a adoção de políticas estruturais que afetaram a dinâmica dos mercados de trabalho: os primeiros vinte e cinco anos que sucederam o conflito, marcados pela ordem econômica internacional que favorecia a adoção de políticas públicas voltadas ao "pleno

MICHEL CÂNDIDO DE SOUZA
Graduado e Mestre em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

emprego" (dentro dos ideais intervencionistas do Welfare State) e a década de 1970 em sequência, que marcou o início de políticas liberais em favor da desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho, por parte dos estados alinhados. Estes momentos representam quebras importantes na história, por conta da mudança nos níveis de desemprego e até mesmo na dinâmica informacional dos mercados, já que os trabalhadores passaram a contar com novos recursos legislativos e tecnológicos.

Para os economistas, uma conhecida referência sobre a importância do mercado de trabalho advém da Lei de Okun. A abordagem propõe a existência de uma relação empírica negativa, no curto prazo, entre o desvio da taxa de desemprego (em relação ao desemprego natural) e a diferença do Produto Interno Bruto (em relação ao nível tendencial). De forma simplificada, os holofotes costumam se voltar para a análise de sensibilidade do desemprego perante alterações na trajetória da produção nacional, sem necessariamente impor relação causal entre as variáveis. No limiar, conforme Gordon (2010) e Gali (2012) argumentam, a Lei de Okun auxiliaria a execução de políticas monetárias, já que o desemprego poderia ser reduzido em concordância com as bandas de um regime de metas bem estabelecido.

Contudo, embora em termos socio econômicos grande parte das políticas públicas busque impulsionar a criação de novas vagas e elevar a renda média dos trabalhadores, por conta de problemas informacionais os efeitos observados podem ser contrários a tais objetivos. Como exemplo, segundo Souza(2017), caso o consumo seja estimulado acima da capacidade de oferta da economia, no curto prazo, a baixa eficiência do mercado de trabalho pode ocasionar em um número de vagas preenchidas inferior ao total de postos de trabalho criados com a mudança na demanda, freando consideravelmente o efeito esperado (de redução) sobre o desemprego doméstico.

Caso o consumo seja estimulado acima da capacidade de oferta da economia, no curto prazo, a baixa eficiência do mercado de trabalho pode ocasionar em um número de vagas preenchidas inferior ao total de postos de trabalho criados (Souza, 2017)

O objetivo deste breve artigo é estimular a reflexão sobre os possíveis efeitos que choques monetários podem exercer sobre o mercado de trabalho brasileiro, considerando suas imperfeições. Em outras palavras, partindo do ponto de vista Novo-Keynesiano, de que a arquitetura da política monetária pode afetar (no curto prazo) as variáveis reais, buscamos discutir como uma mudança na taxa de juros contribui para redução do desemprego e quais são as limitações deste instrumento, expondo as principais teorias e a dinâmica recente das imperfeições microeconômicas no mercado de trabalho brasileiro.

Fricções no mercado de trabalho

Na década de 1980, buscando explicar as históricas taxas de desemprego vivenciadas pelas economias desenvolvidas, muitos pesquisadores investigaram a existência de possíveis fricções no mercado de trabalho. Alguns dos principais trabalhos desta literatura foram desenvolvidos por Diamond (1982), Mortensen (1982) e Pissarides (1985), laureados com prêmio Nobel em 2010 pelas contribuições feitas a teoria do desemprego, conhecida como abordagem DMP.

Dentre as alternativas, o desenvolvimento da abordagem search and matching foi uma das opções apresentadas. Basicamente, essa modelagem se baseia na premissa de que ambos os fluxos de movimento do mercado de trabalho são capazes de atender a uma

Existe falta de coordenação entre os agentes participantes do mercado de contratação, de forma que nem todos os desempregados são capazes de encontrar uma vaga e vice-versa.

relação de equilíbrio final. A forma de obtenção desse equilíbrio se dá pela chamada função match, que segue um padrão Cobb-Douglas e busca capturar a taxa com que trabalhadores desempregados e firmas com vagas ociosas se encontram no mercado, além de considerar alguns fatores condicionantes capazes de distorcer essa relação.

De um lado, os agentes desempregados buscam por postos de trabalho que proporcionem retorno superior ao salário reserva. No oposto, as firmas buscam por trabalhadores que preencham as vagas ociosas e proporcionem retornos superiores aos custos envolvidos no processo de contratação. Quando existe acordo entre as partes, o trabalhador se dispõe a iniciar sua jornada por um salário considerado por ele justo, a empresa prevê um retorno superior ao custo marginal do trabalho, o setor produtivo recebe uma nova participação, o search tem êxito e o match ocorre. Basicamente, a função resume uma tecnologia de negociação entre agentes que colocam anúncios, leem jornais e revistas, vão a agência de emprego e utilizam contatos para gerar parceiras que resultem em uma colocação no mercado de trabalho.

Porém, o match não é um processo perfeito. Existe falta de coordenação entre os agentes participantes do mercado de contratação, de forma que nem todos os desempregados são capazes de encontrar uma vaga e vice-versa. Além do que, preencher uma vaga é um processo demorado e caro para ambas as partes, logo, o salário é um componente resultante de um processo de negociação entre empresas e trabalhadores, no qual estes últimos possuem algum grau de barganha na negociação. E é a partir desta dinâmica imperfeita e de custos elevados no processo de contratação, que parte do desemprego presente na economia emerge, fazendo com que políticas econômicas nem sempre alcancem os efeitos plenamente esperados.

O salário é um componente resultante de um processo de negociação entre empresas e trabalhadores, no qual estes últimos possuem algum grau de barganha na negociação.

Breve histórico sobre a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro

Entre as décadas de 1930 e 1980, a economia brasileira cresceu a taxas elevadas, principalmente no período pós-guerra, algo próximo de 6,5% ao ano. Este intervalo representou um importante período de evolução, mesmo com entraves e gargalos provenientes do processo de industrialização tardio.

Como esperado, o mercado de trabalho acompanhou o movimento tendencial e vivenciou um período de aumento expressivo de vagas, especialmente no setor formal. Conforme Giambiagi (2011) e Ferreira de Souza (2016), o crescimento econômico até meados da década de 1970 proporcionou uma expansão direta nos níveis de consumo das famílias, porém, de forma desigual para grande parte dos trabalhadores contratados, o que impulsionou a concentração de renda e ampliou as desigualdades sociais no país.

Basicamente, entre 1964 e 1980, o mercado de trabalho brasileiro foi intrinsicamente alterado. Houve maior flexibilidade aos empregadores e uma redução drásticas no poder de barganha dos trabalhadores, além de uma estagnação nos ganhos reais do salário mínimo, pressionado para baixo no período da ditadura.

Em sequência, na década de 1980, a economia brasileira passou por um período de "anos perdidos", caracterizado pelo baixo crescimento econômico (consequência direta da perda de fôlego do processo tardio de industrialização) e descontrole do nível de preços. Naturalmente, a desaceleração econômica trouxe consigo a destruição de um número elevado de vagas, mas os efeitos sobre o mercado de trabalho foram um pouco mais complexos e estruturais do que a intuição sugere.

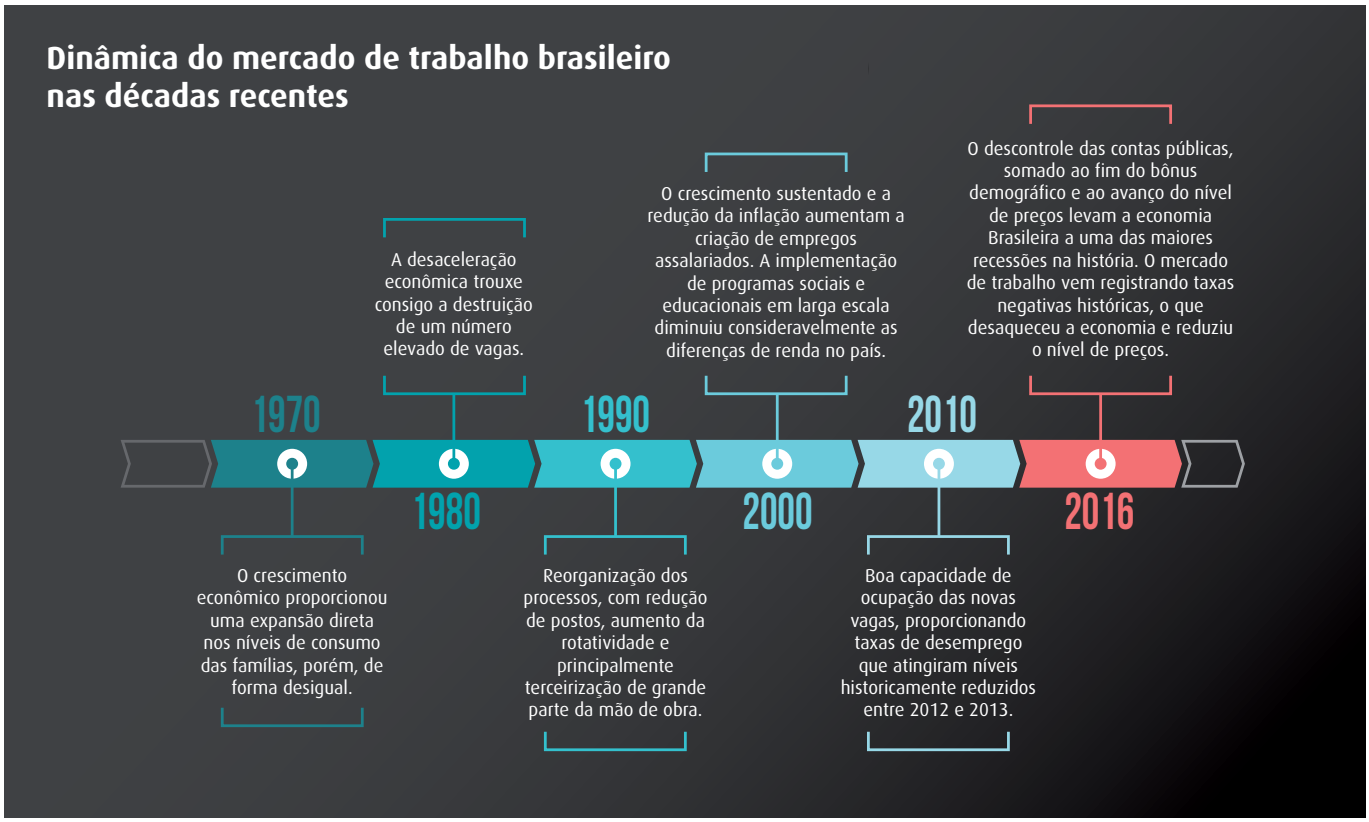
Na década de 1980, a economia brasileira passou por um período de "anos perdidos".

Os maus momentos alteraram, majoritariamente, a inserção da população economicamente ativa, muito provavelmente por conta do declínio nos setores primário e secundário, bem como devido à queda no dinamismo industrial e o baixo nível de investimentos da economia. Em contrapartida, o setor de serviços aumentou sua participação no número total de ocupações, passando de 5,9 milhões em maio de 1982 para 7,67 milhões em dezembro de 1989, destacando o crescimento relativo nos ramos do comércio, atividades sociais e administração pública. Contudo, estas expansões não podem ser atribuídas a um fenômeno pontual de desindustrialização, já que o aumento na ocupação do setor de serviços foi acompanhado pela ampliação do setor informal e a estrutura industrial manteve-se praticamente intocada.

Nos anos 90, devido a abertura econômico-financeira, firmeza na condução da política monetária (que priorizava o regime de metas), cuidado na gestão fiscal e abandono das tentativas de utilizar a taxa de câmbio como instrumento de crescimento, o país recuperou um pouco da estrutura dinâmica do mercado de trabalho. No entanto, como grande parte das empresas não possuía amplo acesso ao mercado de crédito e as inovações mais recentes, as maiores mudanças no mercado de trabalho ocorreram no sentido de reorganização dos processos, com redução de postos, aumento da rotatividade e principalmente terceirização de grande parte da mão de obra. Os dados do IBGE mostram que a população ocupada sem carteira de trabalho (nas regiões metropolitanas) saltou de 2,89 milhões em janeiro de 1990 para 4,55 milhões em dezembro de 1999.

O plano de estabilização implementado na década de 1990 contribuiu para a formalização dos contratos e ampliação do poder de compra do trabalhador médio.

Para a primeira década dos anos 2000, o crescimento sustentado e a redução da inflação (herdada do plano de estabilização implementado na década anterior) proporcionaram o aumento da criação de empregos assalariados, contribuindo diretamente para a formalização dos contratos e ampliando o poder de compra do trabalhador médio. Além disso, a



implementação de programas sociais e educacionais em larga escala diminuiu consideravelmente as diferenças de renda no país.

O início da última década foi marcado pela crise internacional. Entre 2010 e 2011 já se especulava sobre os possíveis problemas com níveis muito reduzidos do desemprego, devido à baixa produtividade do trabalhador brasileiro e a escassez de mão de obra especializada. Além disso, o agravamento da conjuntura europeia afetou a economia no último trimestre de 2011, sinalizando dificuldades maiores para o mercado de trabalho nacional em 2012. Mesmo assim, a economia brasileira ainda demonstrou boa capacidade de ocupação das novas vagas, proporcionando taxas de desemprego que atingiram níveis historicamente reduzidos entre 2012 e 2013.

Recentemente, com o descontrole das contas públicas, fim do bônus demográfico, avanço do nível de preços (atingindo novamente a casa de dois dígitos em 2015) e a pressão do câmbio, em 2016 a economia Brasileira entrou em uma de suas maiores recessões na história. Nesta conjuntura, o mercado de trabalho brasileiro passou por um momento de grande fragilidade, registrando taxas negativas históricas, o que desaqueceu a economia e reduziu o nível de preços. Conjuntamente, no final de 2016, o Banco Central iniciou uma política de queda na taxa básica de juros, que entre outros propósitos buscou auxiliar a recuperação.

As Limitações da Política Monetária em Mercados de Trabalho com Fricções

A efetividade da política monetária, como ferramenta de auxílio e estímulo a demanda, é amplamente reconhecida por diversas escolas de pensamento econômico. Contudo, pouco debate existe sobre os efeitos diretos da condução destas políticas sobre o mercado de trabalho brasileiro, principalmente quanto às imperfeiçoes no processo de contratação. Estudos recentes, como de Basílio (2012), Attuy (2012) e Souza (2017), oferecem evidências teóricas e empíricas de que a efetividade da política econômica,

como redutora do desemprego, pode ser limitada pelas fricções presentes no mercado de trabalho.

Pouco debate existe sobre os efeitos diretos da condução destas políticas sobre o mercado de trabalho brasileiro, principalmente quanto às imperfeições no processo de contratação.

Em síntese, um choque de redução na taxa básica de juros apresentaria os seguintes efeitos: devido ao período de maturação entre a contratação e o exercício, o número de trabalhadores empregados não aumenta instantaneamente. Dessa forma, o ajustamento do trabalho à nova demanda (consumo das famílias) é dado, inicialmente, por um aumento de horas trabalhadas da mão de obra ativa. Contudo, o aumento da procura também estimula os lucros esperados e leva sequencialmente a uma abertura de vagas. Como consequência, há mais contratações, de modo que o desemprego cai e os salários são pressionados para cima.

Mais especificamente, dentro do mercado de trabalho, a probabilidade de um agente encontrar emprego na economia brasileira aumenta, mas a chance de uma nova vaga ser preenchida cai. Isso ocorre pois o número de vagas tende a crescer de maneira proporcionalmente superior aos novos matches da economia, seja por questões informacionais ou até mesmo de qualificação, o que não permite que o desemprego recue ainda mais, no curto prazo.

A probabilidade de um agente encontrar emprego na economia brasileira aumenta, mas a chance de uma nova vaga ser preenchida cai.

Logo, mesmo que a relação entre um choque monetário e o nível de emprego seja desenvolvida conforme o esperado, as fricções do mercado de trabalho atuam como limitadoras de uma maior expansão do emprego. Ou seja, esperamos que as políticas monetárias sejam efetivas e contribuam para a recuperação da economia, mas ressaltamos que a adoção de medidas que melhorem a fluidez do mercado de trabalho, em termos informacionais (intermediação da mão de obra) e educacionais (como investimento massivo em cursos de qualificação profissional), contribuem para aumentar a efetividade de ações do Banco Central e podem garantir um efeito mais igualitário entre as diversas camadas da população.

Referências e indicações para a leitura

- ATTUY, G. Ensaios sobre macroeconomia e mercado de trabalho. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de São Paulo, 2012.
- BASÍLIO, F.A.C. Política Monetária e Barganha Salarial: A Importância das Instituições do Mercado de Trabalho na Ausência de Rigidez Nominal. Tese (Doutorado em Economia), Universidade de Brasília, 2012.
- DIAMOND, P. A. Wage determination and efficiency in search equilibrium. Review of Economic Studies. v.49 n.2 p.217 - 227, 1982
- FERREIRA DE SOUZA,P.H.G. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, 2016.
- GIAMBIAGI, F.;VILLELA, A.; CASTRO, B.C.; e HERMANN, J. Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010). São Paulo: Campus,2011.
- GORDON, R. J. Okun's Law and Productivity Innovations. American Economic Review, v. 100, n. 2, p. 11-15, 2010.
- GALI, J.;FRANK S.; WOUNTERS, R. Slow Recoveries: A Structural Interpretation. Journal of Money, Credit and Banking, v. 44, p. 9-30, 2012.
- MORTENSEN,D.T. The Matching Process as a Noncooperative Bargaining Game. In: McCall ,J.J. The Economics of Information and Uncertainty. Chicago, University of Chicaco Press, p.233-254, 1982.
- PISSARIDES, C. Short-Run Equilibrium Dynamics of Unemployment, Vacancies, and Real Wages. American Economic Reivew, 75, 676-690.1985.
- SOUZA,M.C. Política Monetária e Mercado de Trabalho no Brasil. Revista de Economia Contemporânea. 21, 2017.

O SETOR DE SERVIÇOS E A PRODUTIVIDADE NO BRASIL

Por Fernanda Della Rosa

O setor terciário é um dos setores de elevada relevância na cadeia produtiva. Essa importância, dentre outros aspectos, está relacionada ao seu alto potencial de geração de postos de trabalho. Como importante gerador de empregos, as atividades do setor de serviços geram efeitos de natureza social que impactam diretamente na vida das famílias e da economia do país.

CARACTERÍSTICAS DO SETOR DE SERVIÇOS

Alguns autores defendem que as atividades do setor de serviços seriam aquelas que não se enquadraram nem no setor da indústria, nem da agricultura. Apresenta atividades bem heterogêneas, pois seus subsetores se configuram com características bem diferenciadas. Segundo o PMS – Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE, o setor de serviços é composto de subsetores, a saber:

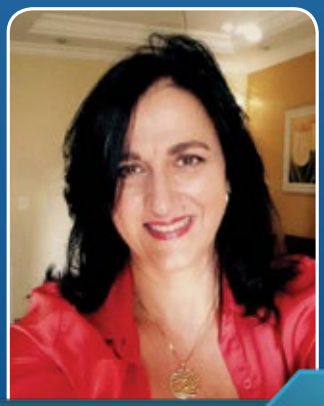
1. Serviços prestados às famílias
2. Serviços de informação e comunicação
3. Serviços profissionais, administrativos e complementares
4. Transportes, serviços auxiliares e correio
5. Outros serviços

Quando se fala em serviços estamos nos referindo à compra e venda de bens intangíveis, mas necessários às famílias, às empresas e às atividades dos setores públicos.

Algumas características se destacam no setor de serviços. Quando se fala em serviços estamos nos referindo à compra e venda de bens intangíveis, mas necessários às famílias, às empresas e às atividades dos setores públicos. Da mão de obra empregada nesse setor, parte dela tem qualificação específica. Nesse caso se enquadram trabalhadores de algumas atividades, como por exemplo, segmentos de transportes (ferroviários, metroviários, aeroviários), serviços financeiros, atividades imobiliárias, dentre outros. O outro grupo representa atividades com menor qualificação que executa atividades de manutenção e reparação, serviços às famílias e atividades destinadas

FERNANDA DELLA ROSA

Economista pela USTJ - Universidade São Judas Tadeu e pós-graduada em Administração de Empresas pela FAAP. Conselheira Suplente do CORECON SP (2020-2023); Sócia da "Della Rosa Consultores Associados", Consultoria de Gestão Estratégica de Negócios. Atuou como Economista na Fecomércio-SP por 25 anos, tendo sido Gerente e Diretora da Assessoria Econômica. Trabalhou no Grupo Ultra (Ultragaz) por 11 anos, atuando na área de Planejamento Financeiro, Escritora e Autora do livro "Participação nos Lucros ou Resultados – A Grande Vantagem Competitiva". Palestrante e Instrutora de Educação Financeira e PLR. Perita Judicial Econômico-Financeira.



predominantemente ao consumidor final. Os salários, em geral são menores e a rotatividade de pessoal costuma ser maior, por conta disso, inclusive. Porém é, sem dúvida, um setor muito importante por empregar grande número de pessoas.

PARTICIPAÇÃO DA MÃO DE OBRA NO SETOR DE SERVIÇOS

O grande potencial de empregabilidade do setor promove a ocupação de um elevado número de postos de trabalho, bem superior àquele absorvido pelo setor industrial. Bem mais interessante é observar que essa diferença aumenta significativamente, no decorrer dos anos.

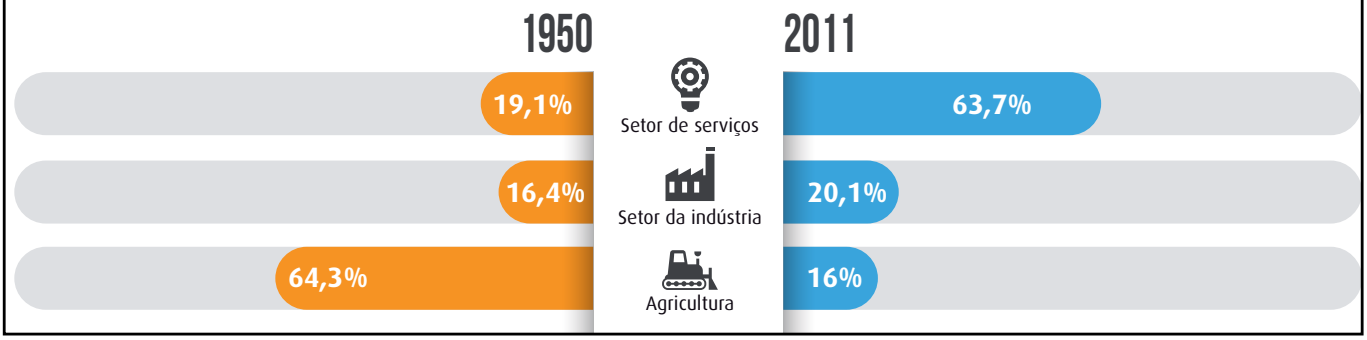
Um estudo[1] que se propôs a analisar a dinâmica do setor de serviços e destaca informações que ilustram essa tendência. Em 1950, 19,1% dos empregos concentravam-se no setor de serviços, 16,4% no setor da indústria e 64,3% na agricultura. Já em 2011 esses percentuais eram 63,7%, 20,1% 16%, respectivamente. Houve, praticamente, uma inversão entre os percentuais dos setores de serviços e agricultura nesse período, tendo a indústria se mantido em percentual semelhante. Boa parte dessa migração pode ser justificada pela inovação e automatização de processos, pela reduzida oferta de empregos no campo versus aumento da oferta de empregos na cidade, principalmente nos grandes centros.

CUSTOS COM SALÁRIO E A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE

Em termos de produtividade, por exemplo, podemos dividir as atividades do setor de serviços em dois grupos: O primeiro grupo apresenta serviços de menor valor adicionado, onde os empregados são remunerados com salários menores e possuem escolaridade reduzida. Além disso, a atividade a ser desenvolvida não requer conhecimento técnico específico. São, por exemplo, serviços de limpeza, zeladoria, lavanderia, dentre outros.

Já o segundo grupo, mais dinâmico, o serviço apresenta maior valor agregado, com remuneração maior, rotatividade em menor grau e com exigência de maior conhecimento técnico específico. São serviços de informação, comunicação e de atividades relacionadas ao setor imobiliário. O valor agregado, nesse caso, tem forte interferência sobre a produtividade do setor de serviços. Podemos citar, por exemplo, serviços turismo, de tecnologia, telecomunicações, educacionais, serviços financeiros, imobiliárias, bancários, de saúde, transportes, e seguros, dentre outros. Estes se caracterizam pelo alto valor agregado e, consequente produtividade elevada.

Estudo[1] analisa a dinâmica do setor de serviços.



[1]*Uma Abordagem sobre o Setor de Serviços na Economia Brasileira (INSPER)*

Importante destacar que as empresas desse segmento de informação e comunicação investem mais e fazem uso de maior capital e tecnologia para realizar suas atividades. O subsetor de empresas de tecnologia é um bom exemplo dessa prática.

Se compararmos os dois setores, talvez possamos concluir que os serviços prestados pelo segundo grupo contribuem mais para a produtividade do que o primeiro grupo. Assim, em geral, as atividades do grupo mais dinâmico resultam em avanços, que podem promover maior crescimento da economia.

Ainda se falando da produtividade dos dois grupos, observa-se que o salário de ambos cresce em mesma proporção. O custo do salário fica mais oneroso à medida que a produtividade da atividade é reduzida. Atividades que tem custos de mão de obra elevados e baixa produtividade estão sujeitas ao alto risco do negócio, pois a margem vai sendo estrangulada. Da mesma forma, o crescimento econômico para esta fatia de empregos, se ressente por conta desse comportamento. Se considerarmos que isso ocorre para um conjunto de empresas do setor de serviços, podemos concluir que todo esse grupo pode sofrer a mesma pressão, uma vez que não conseguem repassar preços para o consumidor final, na maioria dos casos.

O custo do salário fica mais oneroso à medida que a produtividade da atividade é reduzida.

Em momentos de crise, com elevado desemprego, há forte tendência de aumento do primeiro grupo, que apresenta baixa produtividade. Isso ocorre por conta do grande contingente de pessoas desempregadas que partem para o emprego informal. Diante do alto nível da taxa de desemprego e do reduzido ritmo de crescimento econômico é possível que este grupo venha a crescer mais ainda.

A ELEVADA INFORMALIDADE E O AUMENTO DOS EMPREGOS FORMAIS

Outro estudo[2] publicado recentemente veio confirmar esta tese. No terceiro trimestre de 2019 a taxa de desemprego ficou estagnada em 11,8% e representam 12,5 milhões de pessoas[3] em busca de emprego. São 38,8 milhões de trabalhadores informais, equivalente a 41,4% da força de trabalho, percentual mais elevado já observado.

70,8 mil novos empregos formais surgiram no país, o melhor resultado desde 2017, para o mês de outubro.

[2]Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV)
[3]Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE)

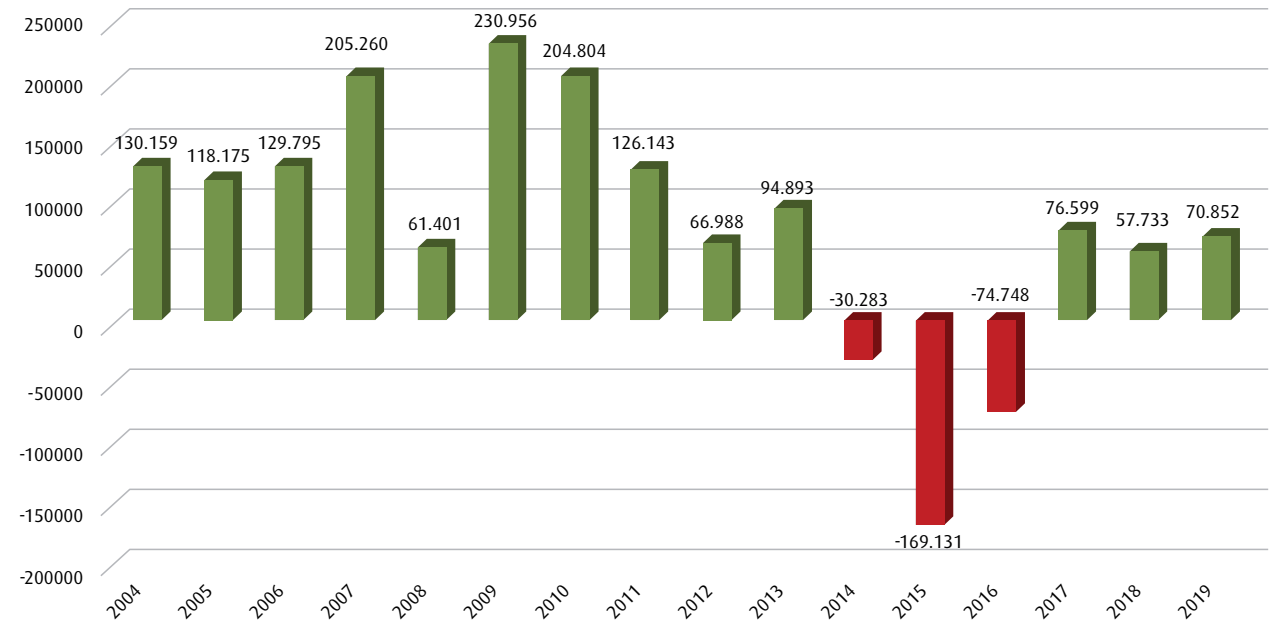
A baixa produtividade e a alta informalidade ainda impactam a maior geração de renda.

Os dados apontam para o crescimento quantitativo do emprego, e não qualitativo. Embora o setor apresente crescimento do volume, a baixa produtividade e a alta informalidade ainda impactam a maior geração de renda. Observa-se reduzido investimento em inovação, equipamentos, capacitação e consequente baixa produtividade. Atualmente, está ocorrendo o aumento do emprego e da massa salarial, mais por conta do aumento de pessoas trabalhando e não pelo aumento real de salários.

Concluindo, o crescimento recorde do emprego informal, predominantemente no setor de serviços de valor não agregado, está prejudicando o aumento da produtividade da economia, pelo menos por enquanto.

Dados do CAGED mostram que, em outubro, foram criados 70,8 mil empregos formais no país, considerando-se todos os setores. Esta foi a sétima alta consecutiva e, comparativamente, o melhor resultado desde 2017, para o mês de outubro.

BRASIL - SALDO DO EMPREGO CELETISTA - OUTUBRO - 2004 A 2019

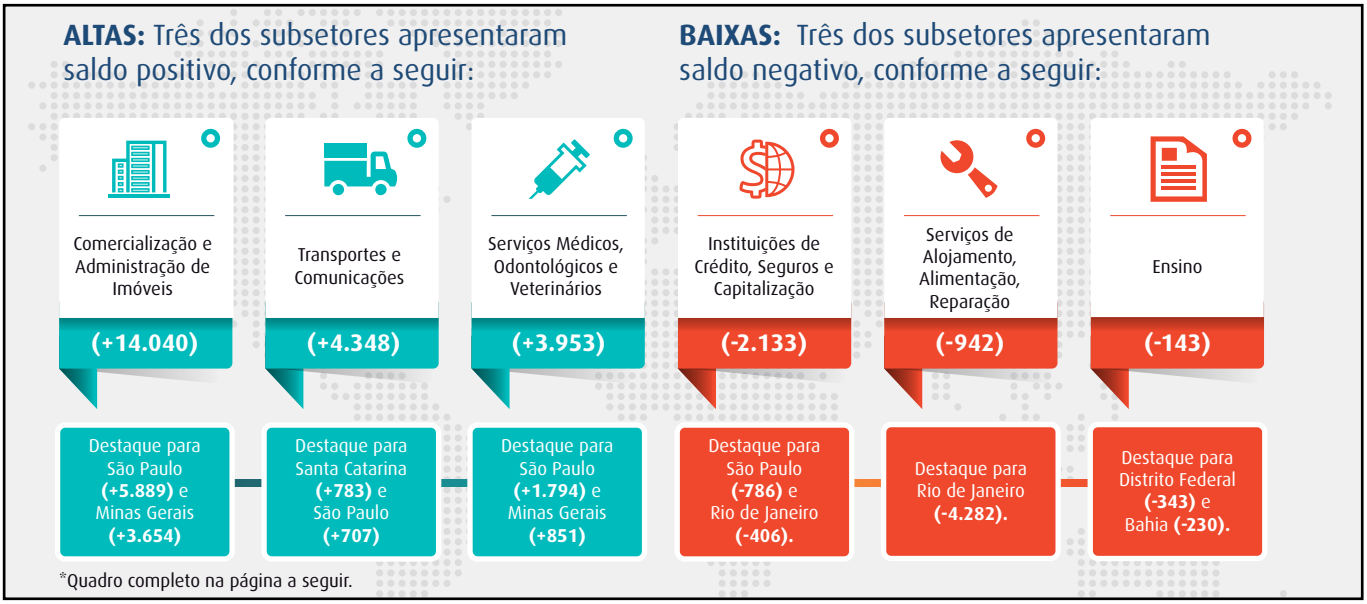


Fonte: ME/CAGED

Com os dados de outubro o acumulado ano alcançou a marca de 841,6 mil novos postos formais – para o mês este foi o maior dado desde 2014. Essa melhora nas contratações pode ser explicada, em parte, pelas novas contratações para o final do ano, que costumam ser realizadas antes do natal. Outros fatores favoráveis são a queda da taxa de juros, a realização da Reforma da Previdência que trouxe mais credibilidade para o ambiente empresarial e a confiança que começa a dar alguns sinais de positividade.

No setor de serviços foi registrado o segundo maior saldo em outubro/2019, tendo alcançado o saldo de 19.123 postos de trabalho com crescimento de 0,11% quando comparado ao mês anterior. As admissões foram de 574.094 e os desligamentos alcançaram 554.971. Confira na imagem os números em destaque.

O setor de serviços tem expressiva participação no resultado de postos de trabalho gerados, como pode ser observado na tabela. No acumulado do ano de 2018, foi



registrado saldo de 790.579 empregos. Em 2019, o saldo até outubro é de 841.789, valor que já superou o saldo verificado para o ano anterior. Tanto em 2018 como em 2019, o subsetor de serviços para "Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. Técnicos" foi o que apresentou maior destaque.

DADOS DE SETEMBRO DO SETOR DE SERVIÇOS (Receita Nominal e Volume de Serviços)

Em setembro de 2019, último dado referente à Pesquisa Mensal de Serviços – PMS/IBGE, o setor de serviços no Brasil teve crescimento de 1,2% na comparação com o mês anterior.

Índice e variação da receita nominal e do volume de serviços (%) (SETEMBRO/2019)	Índice de receita nominal de serviços	Índice de volume de serviços
SET 19 / AGO 19 (com ajuste sazonal)	1,0	1,2
SET 19 / SET 18	4,9	1,4
ACUMULADO JAN -SET 19	4,2	0,6
ACUMULADO OUT 18 - SET 19	4,1	0,7
Fonte: IBGE		

Quatro atividades se destacam em setembro/19: setores de transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (1,6%); serviços profissionais, administrativos e complementares (1,8%); serviços prestados às famílias (0,8%); outros serviços (0,5%). A única queda foi observada no subsetor de serviços de informação e comunicação (-1,0%), Em relação a setembro de 2018, o volume de serviços subiu 1,4%. O acumulado no ano foi de 0,6%. O acumulado nos últimos 12 meses foi de 0,7% para o período.

Para que o setor de serviços possa evoluir em produtividade, se faz necessária a realização de investimentos e de inovação.

A conclusão final é de que o país está ainda caminhando em passos lentos, na expectativa da retomada do crescimento. A confiança se restaura aos poucos, frente a realizações tão esperadas, mas ainda há muito a ser feito. Para que o setor de serviços possa evoluir em produtividade, se faz necessária a realização de investimentos e de inovação, para que este crescimento seja duradouro. O caminho é longo, mas a direção dá sinais de acerto. E isso já é um bom sinal, depois de um quadro de recessão severa pelo qual o país passou nos últimos anos.

EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SUBSETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS - BRASIL - OUTUBRO/2019						
	OUTUBRO/2019		NO ANO **		EM 12 MESES ***	
SETORES	SALDO	VARIAÇÃO %*	SALDO	VARIAÇÃO %*	SALDO	VARIAÇÃO %*
TOTAL	70.852	---	841.589	---	562.186	---
1.EXTRATIVA MINERAL	344	0,49	6.643	0,79	4.825	0,86
2.INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	8.946	12,63	148.114	17,60	3.939	0,70
Indústria de produtos minerais não metálicos	867	9,69	4.584	3,09	-756	-19,19
Indústria metalúrgica	1.139	12,73	12.816	8,65	9.108	231,23
Indústria mecânica	483	5,40	15.162	10,24	9.214	233,92
Indústria do material elétrico e de comunicações	-69	-0,77	5.545	3,74	1.204	30,57
Indústria do material de transporte	-132	-1,48	646	0,44	-6.028	-153,03
Indústria da madeira e do mobiliário	1.166	13,03	3.445	2,33	-5.563	-141,23
Indústria do papel, papelão, editorial	602	6,73	-3.156	-2,13	-7.287	-185,00
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	-1.138	-12,72	2.601	1,76	-3.448	-87,53
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	277	3,10	26.729	18,05	5.343	135,64
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	517	5,78	15.010	10,13	-10.690	-271,39
Indústria de calçados	1.890	21,13	11.406	7,70	-5.627	-142,85
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	3.344	37,38	53.326	36,00	18.469	468,88
3.SERV INDUST DE UTIL. PÚBLICA	-581	-0,82	5.977	0,71	3.908	0,70
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	7.294	10,29	124.559	14,80	57.056	10,15
5.COMÉRCIO	43.972	62,06	15.406	1,83	126.791	22,55
Comércio varejista	36.732	83,53	-17.022	-110,49	90.553	71,42
Comércio atacadista	7.240	16,47	32.428	210,49	36.238	28,58
6.SERVIÇOS	19.123	26,99	446.562	53,06	364.365	64,81
Instituições de crédito, seguros e capitalização	-2.133	-11,15	3.737	0,84	3.362	0,92
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	14.040	73,42	174.919	39,17	170.852	46,89
Transportes e comunicações	4.348	22,74	45.872	10,27	30.060	8,25
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	-942	-4,93	39.094	8,75	41.013	11,26
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	3.953	20,67	91.234	20,43	94.923	26,05
Ensino	-143	-0,75	91.706	20,54	24.155	6,63
7.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	-427	-0,60	16.817	2,00	-1.471	-0,26
8.AGROPECUÁRIA	-7.819	-11,04	77.511	9,21	2.773	0,49

FONTE: MTE-CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS-LEI 4923/65

* A variação mensal do emprego toma como referência o estoque do mês anterior.

** Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mês de dezembro do ano t-1, ambos com ajustes.

*** Resultados acrescidos dos ajustes; a variação relativa toma como referência os estoques do mês atual e do mesmo mês do ano anterior, ambos com ajustes.

A NOVA, MAS NÃO TÃO NOVA ASSIM, ECONOMIA DAS STARTUPS

Por Léo Jianoti [1]
e Hugo E. Meza [2]

Tem sido um grande desafio compreender os movimentos promovidos pela "nova economia" das startups, não só pela velocidade como as transformações estão acontecendo, mas também pela renovação dos conceitos tradicionais.

A economia mudou e impactou nosso cotidiano de forma significativa. Nosso instinto de adaptação está em alerta e tudo parece confuso nesse momento. É como se estivéssemos bem no meio da passagem no tempo de um mundo analógico para o digital. Mas, como bem observaria Darwin, nosso poder de adaptação nos faz diferente de qualquer espécie que já pisou nesse planeta. Um dos atalhos para aproveitar as oportunidades trazidas por essa "nova economia" das startups é entender que nada se cria, tudo se transforma

[1]**LÉO JIANOTI**, economista, investidor-anjo e conselheiro de empresas.
Formado em economia pela UFPR, com mestrado em bioenergia tb pela UFPR e formação executiva em Management by Value pela Columbia University/EUA, Leonardo possui 15 anos de experiência em projetos de estratégia econômica desenvolvidos por todas as Américas e África. Suas experiências estão concentradas em avaliações econômicas, valoração de empresas (valuation) e gestão de novos negócios. É co-fundador da Curitiba Angels, foi investidor-anjo em 11 startups, incluindo Contabilizei, James Delivery, Phosfato e Troco Simples, entre outras.

[2]**HUGO E. MEZA**, economista, Professor e Fundador da Amauta - Economia Criativa.
Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1993), mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (1999) e doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (2007). Atuou principalmente em Macroeconomia, empreendedorismo, Inovação e Criatividade. Implantou projetos de EAD e cria soluções tecnológicas para essa área. Professor do Google for Education, da Apple e um dos três representantes da Prezi Educators Society. Paralelamente, também desenvolve atividades como avaliador ad hoc do ensino superior para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação e é associado da empresa de Economia Criativa Amauta. Criador do site www.econovida.com.br dedicado a entender a vida desde uma perspectiva econômica.

(nada que o Lavoisier já tenha falado há mais de 200 anos). Muito do que se discute hoje tem um "quê" de Déjà vu. Déjà vu aqui em um sentido clássico e teórico do conceito, afinal a maioria desses "novos" entendimentos são conceitos-base da teoria econômica revestidos por um véu de modernidade adaptativa.

É como se estivéssemos bem no meio da passagem no tempo de um mundo analógico para o digital.

Em 1480, um jovem italiano, possivelmente pertencente à geração Z de sua época, tentava vender uma ideia fantástica e disruptiva: conquistar novos mercados. Na cabeça dele, a ideia iria virar uma grande *startup*, só precisava convencer grandes investidores do seu projeto. Inicialmente, ninguém quis bancá-lo, achavam essa ideia de conquistar novos mercados estapafúrdia. Não se tinha muitas informações se, realmente, esses mercados existiam, e até mesmo senão existia um precipício no horizonte. O jovem foi insistente, como todo bom empreendedor deve ser, procurou investidores italianos, portugueses, até chegar aos que viabilizariam esse negócio: nobres espanhóis. Seriam eles seus investidores-anjo. O empreendedor não precisou provar seu plano de negócios (não tinha como), mas, pelo menos, precisou de um bom discurso para convencer seus patrocinadores, como diríamos hoje, um pitch vencedor. Esse jovem da história é Cristóvão Colombo e os anjos, os reis da Espanha. O final da história, todos sabem. Colombo descobriu a América em 12 de outubro de 1492 e abriu o caminho para uma série de navegações e conquistas do mundo ocidental. Atualmente, essa mesma história contemporânea pode ser usada para entender, por exemplo, o Elon Musk, CEO da Tesla e da SpaceX. Musk quer mudar o mundo, ele quer colonizar Marte, nada diferente, do que o Colombo quis fazer (e fez).

Esse "novo mundo" de negócios que temos atualmente não tem nada de novo. Mudam as palavras, os neologismos, os exemplos, mas a essência dos conceitos econômicos e de negócios continua a mesma. Se há algo novo, podemos apontar a velocidade com que as revoluções ou mudanças acontecem e o contexto do avanço tecnológico. O resto segue igual. Empreendedores querem vender suas ideias, financiadores querem retorno dos seus investimentos e consumidores querem resolver seus problemas ou necessidades.

A essência dos conceitos econômicos e de negócios continua a mesma. Se há algo novo, podemos apontar a velocidade com que as revoluções ou mudanças acontecem e o contexto do avanço tecnológico.

Muitas definições utilizadas pela nova economia surgem agora nos noticiários econômicos como se fossem novidade. Por exemplo, o conceito de economia de escala, que hoje fundamenta a rota de valor criada pelas startups e que justifica a velocidade de seu crescimento é entendido como exponenciabilidade. O que vemos nas startups é que elas são capazes de entregar o mesmo produto numa escala potencialmente ilimitada e exponencial, ou seja, o novo produto entregue custou menos do que o anterior, e em alguns casos esse custo de uma nova unidade vendida pode estar próximo de zero - pense aqui em um novo usuário do Facebook e quanto ele agrega de custos para a empresa do Mark Zuckerberg.

Na teoria econômica, em especial na microeconomia, estuda-se esse movimento através do conceito de custo marginal. Em um sistema capaz de produzir economia

de escala, o custo marginal será decrescente. Quanto menor, mais deve-se produzir e ganhar escala. David Ricardo já falava disso no século XIX, apesar da economia, nesse tempo, ser sustentada pela agricultura e pouco pelo comércio.

O termo escalabilidade virou moda no mundo das startups, algo que precisa ser alcançado para que um modelo de negócios fique sustentável.

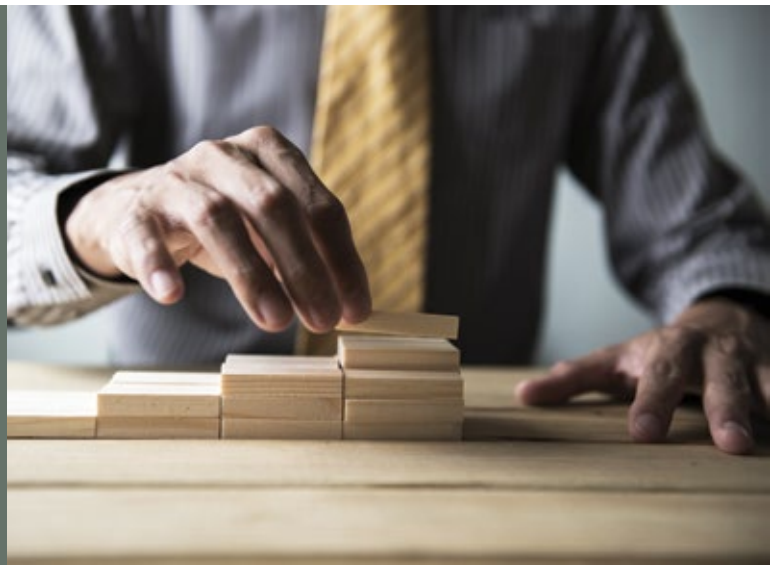
O termo escalabilidade virou moda no mundo das startups, algo que precisa ser alcançado para que um modelo de negócios fique sustentável. É fundamental que todo empreendedor esteja atento para a busca das economias de escala. Precisa sim, sempre buscar o ponto ótimo para construir a melhor rota de valor para essas novas companhias, mas ele tem que saber que nada disso é novo, apenas tudo acontece numa velocidade incrivelmente alta com uso da tecnologia.

Por outro lado, atualmente as empresas ligadas à "nova economia" discutem o conceito de MVP para seus produtos ou serviços. MVP é a sigla de Minimum Viable Product e significa produto mínimo viável. Lançar um MVP não é mais do que ofertar um produto ou serviço com o mínimo de custos possíveis para que ele possa ser testado e validado pelo mercado, ou seja, significa atingir a fórmula antiga de viabilidade de produção que já era ensinada pelos economistas neoclássicos no século XIX. Se a esse raciocínio inserimos o conceito de valor agregado, que significa na capacidade de somar valor de uso e de utilidade no produto ou serviço, conseguimos descrever qual é a procura atual das empresas num mercado cada vez mais volátil e incerto. Definitivamente, nada novo conceitualmente.

Disrupção é o conceito usado para descrever mudanças estruturais em sistemas econômicos e mercados. É, por exemplo, o que o Uber, Spotify, Airbnb causaram nos seus respectivos mercados. "Disruptar" até virou verbo moderno. Se trocarmos disrupção por destruição criadora, não teríamos nenhuma alteração na estrutura do conceito. A diferença é que o economista austríaco Joseph Schumpeter, já discutia isso em 1942 no seu livro Capitalismo, Socialismo e Democracia. Schumpeter precisamente apontava a necessidade de inovação para entender ciclos econômicos e novas fases do capitalismo.

Porém, já imaginou o que falaram os habitantes da Inglaterra em 1750 quando a mecanização se estendeu

Em um sistema capaz de produzir economia de escala, o custo marginal será decrescente – algo que precisa ser alcançado para que um modelo de negócios fique sustentável.



do setor têxtil para a metalurgia, para os transportes, para a agricultura e para outros setores da economia? Imagine qual foi a reação da economia ao analisar o impacto dos diversos inventos que revolucionaram as técnicas de produção e alteraram o sistema de poder econômico. Naquele tempo, a fonte de riqueza deslocou-se da atividade comercial para a industrial. Quem desenvolvesse a capacidade de produzir mercadorias passaria a ter a liderança econômica no mundo. Algo parecido com o que está acontecendo atualmente na economia com as empresas inovadoras detentoras de tecnologias disruptivas, que é onde o capital e a riqueza está se concentrando.

Só algumas pessoas, as que sabiam ler e os nobres, tinham acesso aos livros e eram os detentores de saberes. O conhecimento era monopólio de poucos, a população, eminentemente analfabeta, não tinha acesso ao conhecimento.

Se é para analisar os impactos das inovações na humanidade, um invento que talvez tenha tido mais influência criadora sobre a humanidade, inclusive, mais que a própria internet, foi a invenção da prensa tipográfica por Johannes Gutenberg em 1400. Gutenberg desenvolveu um sistema mecânico de tipos móveis que deu início à Revolução da Imprensa, e que é amplamente considerado o invento mais importante do segundo milênio. O invento de Gutemberg teve um papel fundamental no desenvolvimento da Renascença, Reforma e na Revolução Científica e lançou as bases materiais para a moderna economia baseada no conhecimento e a disseminação em massa da aprendizagem. Imagine como era antes dessa invenção. Só algumas pessoas, as que sabiam ler e os nobres, tinham acesso aos livros e eram os detentores de saberes. O conhecimento era monopólio de poucos, a população, eminentemente analfabeta, não tinha acesso ao conhecimento. O impacto do tipo móvel de impressão propiciou a irradiação do saber, impulsionou a alfabetização e permitiu com que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento. Uma disrupção total sem precedentes. Guardada as devidas proporções, algo parecido com a descoberta do fogo ou da roda. Portanto, disrupção não é nada novo, ela sempre acompanhou a evolução da humanidade. Inclusive, a evolução depende da destruição criadora.

O impacto do tipo móvel de impressão propiciou a irradiação do saber, impulsionou a alfabetização e permitiu com que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento. Uma disrupção total sem precedentes.

Ao mesmo tempo em que se fala em disrupção, há uma novidade sim que caracteriza a maioria dessas empresas inovadoras: a falta de lucro em curto prazo. Buscando conquistar a maior fatia do mercado possível, sonhando com o monopólio – no melhor estilo "the winner takes all" - Uber, Spotify, Netflix, dentre outras, só têm apresentado resultados negativos nos últimos anos, contradizendo assim o princípio-base do capitalismo: o lucro. Queimam caixa para ganhar mercados. Segundo o balanço do terceiro trimestre, a Uber "queimou" US$ 543 mil a cada hora em 2019. O prejuízo foi de US$ 1,16 bilhão. Projeções mostram que em 2019, a empresa deve acumular perdas de US$ 8 bilhões.

Para explicar essa ação, cunhou-se a definição "queimar caixa" para explicar como essas empresas, patrocinadas por grandes capitais de investimento (Private Equity & Venture Capital), não se importam, no curto prazo, em bancar empresas que gastam mais do que ganham, sempre e quando a perspectiva seja conquistar novos mercados. Sob um olhar da teoria neoclássica, pode-se dizer que a firma está gastando e investindo o que tem até virar monopólio ou formar um oligopólio e ter para si um mercado dependente dos seus produtos ou serviços. Perceba que essa interpretação não é nova, ela foi formulada no século XIX.

Por outro lado, se você perguntar para um humilde motorista de Uber se ele sabe que a empresa não tem lucro, ele, com certeza, dirá que não acredita nisso. Ele afirmará que lhe é cobrado 25% por cada corrida e que, dificilmente, essa porcentagem dá de sobra para dar lucro à empresa. Possivelmente esse pensamento seja verdadeiro, mas em longo prazo. Por ora, a empresa gasta mais do que ganha. Esses gastos são em investimentos de novos projetos de transporte de pessoas com carros autônomos ou drones para entrega de comida; gasta-se consideravelmente em promoções e formas de aquisição de clientes, sem contar os processos trabalhistas ou de acuso de assédio de alguns dos seus motoristas. Soma-se a essa montanha de dinheiro gasto, os investimentos em expansão territorial, além dos recursos dispendidos ao desenvolvimento da tecnologia do aplicativo, principal recurso da empresa que une motoristas a usuários pelo mundo. Tudo isso pode ser complementado pelos gastos com lobby político para tentar impedir a rejeição dessa modalidade disruptiva nos países. Todo esse investimento talvez não volte na sua totalidade, muita coisa será perdida. A teoria econômica entende isso como custos perdidos ou sunk costs, novidade? Nada disso, esse conceito data de 1960 com os estudos de Arkes, H.R.

Temos um consumidor cada vez mais acostumado a uma economia onde, a maior parte dos serviços usados, são oferecidos de forma gratuita, inicialmente, ou subsidiada.

Da outra ponta do sistema temos um consumidor cada vez mais acostumado a uma economia onde, a maior parte dos serviços usados, são oferecidos de forma gratuita (quanto se paga diretamente para usar o Whatsapp?), inicialmente, ou subsidiada (vide o valor do km rodado cobrado pelo Uber). Não há conta que feche positiva. As grandes empresas oferecem cupons, serviços bancados na espera de conquistar mercados e nós consumidores estamos ficando cada vez mais relutantes a pagar por serviços tecnológicos. É nesse mundo que as relações econômicas estão sendo pautadas, afetando, de alguma forma, pequenos empreendedores que são obrigados a oferecer seus produtos e serviços de "graça" ou "quase de graça". Portanto, um empreendedor, se quiser emplacar seu produto ou serviço, terá de oferecê-lo de graça ou deverá contar com um patrocinador que acredite que, no futuro, sua empresa decolará e lhe renderá altos lucros. Pode

parecer serviço público, mas no fundo nada é de graça, como diria o célebre economista Milton Friedman, no seu livro There's No Such Thing as a Free Lunch de 1975, embora essa frase tenha aparecido nos Estados Unidos entre 1930 e 1940. O termo faz referência a uma prática comum entre bares americanos do século XIX, que ofereciam uma refeição sem "nenhum custo" sempre e quando os clientes consumissem bebidas.

É nesse mundo que as relações econômicas estão sendo pautadas, afetando, de alguma forma, pequenos empreendedores que são obrigados a oferecer seus produtos e serviços de "graça" ou "quase de graça".

A maioria das empresas que oferece "almoço de graça", principalmente, na área de serviços, na realidade pratica a estratégia de venda identificada como *Freemium*, em que uma parte do serviço é gratuito, mas o usuário tem de "pagar" ouvindo ou assistindo anúncios comerciais. Para quem não quiser nada disso, há o plano pago, que o livra de toda essa propaganda e dá direito a serviços mais personalizados. Por isso é denominado *Freemium*: uma parte é de graça (*Free*) e a outra parte é paga (Premium). Por exemplo, a maioria dos usuários do Spotify não paga nada, a empresa se sustenta pelos aportes dos capitais de investimentos, os quais apostam que a empresa se consolide no futuro e gere lucros.

Mas engana-se quem acredite que o mercado ficou mais benevolente com prejuízos e não goste mais de lucros. Os investimentos feitos por grandes capitais são de longo prazo, mas esse prazo já está expirando para as empresas mais valorizadas da atualidade. Um exemplo disso pode ser visto em 2019 com o caso da empresa Wework. A Wework é uma empresa imobiliária americana que fornece espaços de trabalho compartilhados (coworkings) para empresas do setor tecnológico e de serviços, dentre outras. Foi fundada em 2010 pelo israelense Adam Neumann e o americano Miguel McKelvey. Sua sede é em Nova Iorque e em 2018 já geria 4,33 milhões de metros quadrados. Após alcançar uma valorização de quase USD 47 bilhões, inclusive com o aporte de um dos maiores investidores do mundo, o SoftBank, a companhia entrou em uma espiral de perdas significativas de valor que, inclusive impossibilitaram/desanimaram a sua abertura de capital na bolsa americana em 2019 e iniciou uma onda de demissões da boa parte da sua força de trabalho. A companhia atualmente está avaliada em USD 8 bilhões (perdeu quase 40 bilhões de dólares de valor), depois de ter sido "salva" por um aporte de emergência do SoftBank. Ao que tudo indica, a ideia de negócios não oferece uma boa perspectiva de lucros futuros e o mercado se deu conta. Ao que tudo indica, nada novo, a teoria dos ciclos econômicos está aí para explicar esse vaivém de valor. O mercado não é nada mais que uma convenção de agentes com racionalidade limitada que quando se unem formam certezas de valor. Está nos livros dos clássicos da economia, desde Adam Smith, até na moderna abordagem do Yuval Harari nos seus livros top sellers Sapiens e Homodeus.

As grandes empresas oferecem cupons e serviços bancados na espera de conquistar mercados e nós, consumidores, estamos ficando cada vez mais relutantes a pagar por serviços tecnológicos.

Da mesma forma, esses mesmos agentes ilimitados podem não ter complacência com prejuízos e perdas que neguem a essência do capitalismo. Há outros exemplos

que podem ser citados de empresas promissoras que, de líderes de mercado, sumiram ou foram vendidas por preços ínfimos como o Yahoo, outrora, quase único buscador de informações da internet no início da década de 2000 e a Theranos, empresa da área da saúde que prometia realizar diagnósticos avançados dos seus pacientes, coletando algumas gotas de sangue. No caso da Theranos nada daquilo que se prometia se cumpria, não havia inovação e a solução estava próxima da fraude. A empresa e a sua fundadora e CEO, Elizabeth Holmes, que chegou a ser considerada "a próxima Steve Jobs", foram expelidas do mercado. Ou seja, mesmo em tempos de apostas longas, por parte do capital, o princípio elementar de lucro, ainda é "sagrado", apesar de muitos acreditarem no mundo de serviços gratuitos.

Ainda que pudéssemos decifrar esses "novos" conceitos e confrontá-los com os que a teoria econômica já mostra, levaria um livro para fazer isso. Nosso ponto aqui é que ninguém está inventando a roda, só precisamos entender do que estamos falando. Acreditamos que quanto mais empreendedores engajados, novas soluções serão criadas, mais valor será construído, e toda economia se beneficiará positivamente. E para que mais iniciativas surjam, o entendimento de todas as possibilidades econômicas se torna crucial para o ecossistema. Isso precisa ser um chamado para que os economistas consigam traduzir seus conceitos para a aplicação prática dos empreendedores e, ao mesmo tempo, os criadores e gestores de startups consigam entender e usufruir do que há de melhor na teoria econômica. É possível continuar explicando, por exemplo, de divisão do trabalho, do Adam Smith, mas em lugar de falar da fábrica de alfinetes, por que não usar como exemplo a fbrica da indústria automotiva Tesla? Em ambos os exemplos, os conceitos-base, são os mesmos. Essa é a grandeza da teoria econômica.

Os investimentos feitos por grandes capitais são de longo prazo, mas esse prazo já está expirando para as empresas mais valorizadas da atualidade.

O economista, por formação, tem a capacidade de analisar todos esses novos acontecimentos e adaptar a teoria nesses movimentos tidos como novidade. O que há é uma mudança de condicionantes tecnológicos e de relações econômicas, mas nada que altere os princípios básicos da teoria econômica. Enquanto se fala no futuro das profissões e no surgimento de muitas que "ainda não existem", é possível entender o mundo a partir das ideias "novas dos economistas mortos". Por tudo isso, acreditamos no papel vital do economista como intermediador deste momento histórico.

Os economistas são chamados a traduzir seus conceitos para a aplicação prática dos empreendedores e, ao mesmo tempo, para que criadores e gestores de startups consigam entender e usufruir do que há de melhor na teoria econômica.

OS DESAFIOS DA CRIPTOECONOMIA NO BRASIL

Por Welinton dos Santos

Todo processo de mudança promove novos desafios à sociedade. Estamos em uma nova era do mundo 4.0, onde novas vertentes do conhecimento surgem. Inteligência Artificial, Grafeno, IoT (Internet das coisas), Big Data, criptoativos, criptomoedas, bancos digitais, smart factory, drones, simulação virtual, emprego 4.0, blockchain entre outros. Com toda esta bagagem, surge o mundo virtual conectado com o mundo real, transformando riquezas, como a criptoeconomia – uma das realidades do mercado tecnológico que nos impulsiona para novos modelos de negócios, com base em ativos digitais.

O volume de informações sobre este mercado é enorme, bem como assuntos relacionados aos Blockchain e as plataformas de câmbio de criptoativos, envolvendo um número considerável de empresas e negócios em plataformas de desenvolvimento.

WELINTON DOS SANTOS
Diretor administrativo financeiro do SRJ (agência de regulação), economista, mestre em gestão pública, especialista internacional de cidades, professor universitário, escritor da Editora Saraiva, conselheiro fiscal de várias autarquias. Presidente de Comissão Tarifária em Jacareí - SP.

A criptoeconomia nos impulsiona para novos modelos de negócios, com base em ativos digitais.

Nova economia que nasceu e conquistou milhões de usuários pelo mundo, a criptoeconomia combina propriedades de moedas, com commodities e ativos intangíveis. Conhecido pelas exchanges – casas de câmbio de criptomoedas, elas já compõem desde agosto de 2019 o balanço de pagamentos do Brasil.

Criptoeconomia – um mercado bilionário e em plena expansão

A Criptoeconomia é uma realidade que movimenta por volta de US$ 500 bilhões em transações de moedas digitais, as conhecidas criptomoedas. Um mercado de muitas oportunidades que passa por processos de regulação, certificação, desenvolvimento de novas tecnologias, entre outros. E até a respeitada Forbes criou uma página exclusiva para tratar do assunto, a "FORBES CRYPTOMARKETS".

A cada nova tecnologia que surge, aparece a oportunidade da criação ou bifurcação de uma nova moeda digital.

As criptomoedas nada mais são do que um código digital, um software. Um fork é basicamente uma atualização desse código. A cada nova tecnologia que surge, aparece a oportunidade da criação ou bifurcação de uma nova moeda digital. Sendo aceitas aos poucos na grande maioria dos países, as criptomoedas são combatidas em outros, como na China, Vietnã, Chile.

Até mesmo o futebol já foi atraído pelas margens de lucro deste mercado. O time de futebol do Paris Saint-Germain, por exemplo, está determinado a aproveitar as oportunidades, melhorando as estratégias de negócios e aumentando o vínculo com seus fãs em qualquer parte do mundo. Essa onda também despertou o interesse no Brasil do Atlético Paranaense e do Corinthians.

Apesar de parecer uma oportunidade de lavagem de dinheiro, na realidade há muita tecnologia, com livro razão eletrônico e controle contábil virtual, com uma série de códigos fontes, e criptografados de difícil transposição.

As moedas com maior volume de negociação são demonstradas pelas bolsas de criptomoedas, que podem ser acompanhadas em tempo real através de qualquer mídia digital.

Bitcoin – a criptomoeda percursora

Existem em circulação atualmente mais de 1.000 moedas virtuais e muitas outras que serão apresentadas aos investidores nos próximos meses. O portal especializado WorldCoinlndex, por exemplo, mostra as 100 moedas digitais mais negociadas no mercado mundial.

Entre as diversas criptomoedas existentes, foi o aumento acelerado do valor da Bitcoin (BTC) em 2018 que trouxe um brilho singular a este mercado.

Entre as estrelas mais conhecidas deste universo digital estão a Ripple, Bitcoin, Ethereum, Ripple e Alt Coins. Mas foi o aumento acelerado do valor da Bitcoin (BTC) em 2018 que trouxe um brilho singular a este mercado. Essa moeda foi uma das principais percursoras do desenvolvimento bilionário do setor.

Vários Bancos Centrais pelo mundo montaram grupos de estudos para a criação da sua própria moeda digital, inclusive a China que pretende lançar em breve sua própria moeda, apesar de criticar constantemente as criptomoedas existentes no mundo. O Japão está criando sua moeda digital disponível no site do Bank of Japan (Digital Innovation, Data Revolution and Central Bank Digital Currency – CBDC - fev/2019 - http://www.boj.or.jp/).

A progressiva regulamentação do setor

Neste universo digital, o controle é totalmente descentralizado, não é administrado por bancos centrais ou governos. As decisões partem sempre de uma comunidade on-line. Quando não há o consenso do mercado, ocorre uma bifurcação e uma nova moeda é criada a partir da criptomoeda original. Foi assim que surgiu o "bitcoin cash", moeda derivada do bitcoin. A comunidade do bitcoin queria um volume maior de transações mas, como não houve consenso da comunidade, um fork aconteceu, dando origem a esta nova moeda BCH (Bitcoin Cash).

Outra forma de uma criptomoeda surgir é através do ICO (Initial Coin Offering) um sistema parecido com o IPO (sigla em inglês para "Oferta Pública Inicial"), ações primárias que são negociadas pela primeira vez na Bolsa de Valores. Geralmente, surge de um financiamento coletivo (crowdfunding), as chamadas vaquinhas virtuais, em que o empreendedor divulga uma ideia, cria uma nova criptomoeda e a vende para conseguir o dinheiro que tornará o negócio realidade (após desenvolvida a tecnologia e testados itens como segurança do sistema). Enquanto não surge a criptomoeda, o empreendedor de uma moeda digital poderá vender Tokens que poderão ser trocados depois por criptomoedas ou dinheiro.

Através do ICO - Initial Coin Offering, o empreendedor que criou uma criptomoeda pode vendê-la para conseguir o dinheiro que tornará o negócio realidade.

Apesar de ser um mercado novo, está passando por processos de regulação para dar maior segurança aos seus usuários. A exemplo disso é o que decidiu a Agência de Serviços Financeiros do Japão – FSA, quando aprovou

a formação da Associação de Exchanges Japonesas de Moedas Virtuais – JVCEA, em outubro de 2018. Já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu no dia 19/09/2018, o Ofício Circular nº11/2018, que autoriza o investimento de fundos brasileiros em Bitcoin e outros criptoativos, ainda que indiretamente.

Em 2017, foi criada a Associação Brasileira de Criptoeconomia, ABCRIPTO, que oficializou em 2018, o código de ética e conduta com o objetivo de promover a autorregulação do sistema por meio de normas e procedimentos a serem compulsoriamente observados. Ela oferece também um curso on-line gratuito chamado de "7 dias de Bitcoin", para popularizar as criptomoedas no mercado brasileiro.

Blockchain - padrão para custódia de ativos

Nos próximos anos, o blockchain provavelmente será adotada como padrão para a custódia e registros de vários ativos no país. Uma blockchain trabalha aliada a uma cadeia de blocos de informações criptografadas, por meio de uma resolução de um problema matemático, no qual qualquer tipo de tentativa de fraude gera um resultado diferente, impedindo que a transação seja efetuada. Este mecanismo é denominado de proof of work (prova de trabalho), registrado em um lançamento razão, o que aumenta consideravelmente a segurança do sistema.

As discussões entre reguladores e os responsáveis por liquidação e custódia de ativos no Brasil está atingindo novos patamares, com a introdução também da AI (Inteligência Artificial). Assim, quando falamos de criptoativos, significa que ativos criptografados são representações digitais de valor, graças a tecnologia da criptografia e da contabilidade distributiva (DLT). Os ativos de criptografia são classificados em dois tipos: a) BLCAs e b) ativos criptográficos que não sejam BLCAs (tokens digitais).

Criptoativos são representações digitais de valor, graças a tecnologia da criptografia e da contabilidade distributiva (DLT).

Os tokens digitais são classificados em 4 grupos econômicos como:

1) Tokens de utilidade: projetado para fornecer ao seu titular acessos futuros de serviços, por meio de aplicativo baseado em tecnologia DLT. Mensagens sociais, armazenamento e negociação de ativos. Binance, Filecoin 12 são alguns exemplos.

2) Tokens de pagamento, com reserva de valor e meio de pagamento, a exemplo da Litecoin.

3) Tokens de ativos: prometem participação em ganhos no futuro da empresa.

4) Tokens híbridos: aqueles que fazem parte de um ativo ou instrumento de pagamento, como o Bitcoin Cash.

Neste novo mercado, um token pode representar ações, cotas de empresas, ativos em fundos, outros créditos financeiros e não financeiros. O mundo globalizado já trabalha em grande escala com ativos digitais e as tecnologias aliadas do blockchain aumentam a transparência, a velocidade de transmissão da informação, bem como a segurança em sistemas de controle de custódia de ativos financeiros.

Para o Fundo Monetário Internacional os criptoativos são ativos não-financeiros produzidos, com recomendações para inserção na conta de bens do balanço de pagamentos. Esta orientação saiu do Comitê de Estatísticas de Balanço de Pagamentos do Departamento de Estatísticas do FMI.

A criptoeconomia vai ditar as regras no futuro do mercado financeiro

A tecnologia é um caminho sem volta, que pode trazer benefícios para empresas, investidores, indústrias e a sociedade em geral, no momento que democratiza o uso, auxiliando na possibilidade de criar novas estruturas financeiras e contratuais que permitem aferições mais precisas e realísticas de gestão pública e privada.

O tratamento contábil dos criptoativos não foi decidido ainda pela IASB – International Accounting Standards Board, mas as discussões sobre o assunto ganham notoriedade e atenção de todos os players do mercado.

A criptoeconomia combina propriedades de moedas, com commodities e ativos intangíveis.

A nova economia nasceu e conquistou milhões de usuários pelo mundo. A criptoeconomia combina propriedades de moedas, com commodities e ativos intangíveis. Conhecido pelas exchanges – casas de câmbio de criptomoedas, elas já compõem desde agosto de 2019 o balanço de pagamentos do Brasil.

O Banco Central do Brasil (Bacen) está desenvolvendo uma tecnologia baseada em blockchain para substituir os TED e Doc do sistema de pagamento, ou seja, muitas novidades impulsionarão o mercado financeiro em 2020.

Este mercado não é feito apenas de boas notícias. A volatilidade intensa provocada pela restrita quantidade da moeda e utilização ainda limitada da sociedade, bem como grandes investidores especulando em alguns destes criptoativos, demonstraram claramente os riscos e oscilações deste tipo de investimento. Outro fator de risco é que 50% dos mineradores de Bitcoin (a criptomoeda mais famosa) estão na China e qualquer intervenção governamental afetaria o mercado global desta criptomoeda. Ainda há o risco da falta de regras e legislações mais claras para oferecer maior segurança aos investidores no Brasil.

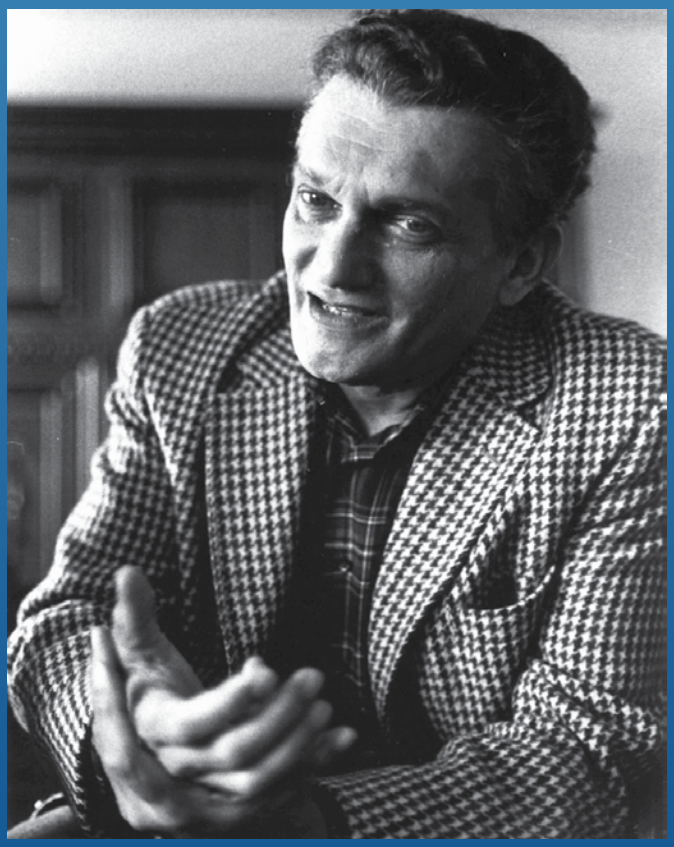
Referências Bibliográficas:

- https://bcb.gov.br
- https://www.bitcoinbrasil.com.br/bitcoin-no-brasil/cvm-autoriza-investimento-em-bitcoin/
- https://www.brtradingview.com
- http://www.cvm.gov.br/legislacao/oficios-circulares/sin/oc-sin-1118.html
- http://portaldobitcoin.com
- https://www.fsa.go.jp/news/30/virtual_currency/20181024-1.html
- https://www.forbescrypto.com
- https://portaldobitcoin.com/clube-de-neymar-vai-lancar-a-criptomoeda-do-torcedor/
- https://criptoeconomia.com.br
- http://br.investing.com/crypto/
- http://www.abcripto.com.br
- http://www.boj.or.jp/en/research/wps_rev/wps_2019/data/wp19e02.pdf

XXVII SINCE HOMENAGEARÁ CELSO FURTADO

Por Manoel Castanho
e Natália Kenupp

2020 será o Ano Celso Furtado, em comemoração ao centenário do economista paraibano. A homenagem foi instituída pelo governo da Paraíba, por meio da Lei nº 11.505 de 15 de novembro de 2019. O Sistema Cofecon/Corecons também celebrará sua vida e ensinamentos e realizará, de 23 a 25 de setembro de 2020, o XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since), em João Pessoa, com o tema "Celso Furtado e o Desenvolvimento Regional".



O presidente do Conselho Regional de Economia da Paraíba (Corecon-PB), Celso Pinto Mangueira, está à frente da organização do evento e observa que a realização do Since no 100º aniversário de Celso Furtado representa uma oportunidade ímpar. "É um momento único para a nossa geração de economistas e de outros profissionais prestar marcante homenagem ao ilustre economista paraibano", comemorou.

"O ano de 2020 representará um momento único para prestarmos marcante homenagem ao ilustre economista paraibano Celso Furtado" – Celso Pinto Mangueira, presidente do Corecon-PB.

A um ano do simpósio, o Corecon-PB promoveu diversos eventos como forma de divulgar o tema. "A realização desses eventos é uma forma de despertar a atenção da sociedade para o assunto e estimular a participação em próximas iniciativas. O centenário de Celso Furtado e o Since já estão muito bem divulgados na Paraíba", observou Celso Pinto Mangueira.

No dia 6 de junho houve o lançamento do Fórum Celso Furtado do Desenvolvimento da Paraíba; no dia 26 de julho foram iniciadas as comemorações do centenário do economista, com uma solenidade em homenagem aos 99 anos do seu nascimento; no dia 19 de novembro houve visita da presidência do Corecon-PB à reitoria da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que sediará evento em homenagem a Furtado; e no dia 18 de novembro a viúva de Celso Furtado, Rosa d'Aguiar Freire, lançou o livro Diários Intermitentes 1937 a 2002, na Academia Paraibana de Letras.

Destaque para a entrega da Medalha Celso Furtado 2019, ocorrida no dia 20 de novembro, data que marcou os 15 anos de seu falecimento. O evento contou com lançamento do convite para elaboração de artigos a fim de editar um livro sobre o economista.

economista; lançamento do concurso para a escolha da logo e do slogan do centenário; 50 anos de formatura da turma de economia de 1969; e o lançamento do livro A Dor da Pobreza - Uma Dor do Mundo, pela economista Zélia Almeida.

"O Brasil é um país com tantos recursos e com uma massa enorme de gente excluída", Celso Furtado.

A realização de eventos comemorativos será intensificada em 2020, concomitantemente a outros, que ocorrerão na Paraíba. São eles: 100º aniversário do nascimento de Celso Furtado; 435 anos da cidade de João Pessoa; 90 anos do falecimento do presidente João Pessoa; 75 anos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); 40 anos do Conselho Regional de Economia da Paraíba (Corecon-PB); 40 anos do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UFPB (CCSA/UFPB); 65 anos do Curso de Ciências Econômicas da Faculdade Campos Elíseos, em Campina Grande (FCE-CG), atualmente Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); e também o Since.

Tradicionalmente, o simpósio conta com três grupos de trabalho: Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons, Formação e Mercado de Trabalho, e Conjuntura Econômica. Em 2020, considerando a importância do centenário, haverá um quarto espaço de discussão, com eventos, homenagens e debates sobre as obras e o legado

de Celso Furtado para a economia brasileira.

"Celso Furtado faleceu há 15 anos e o seu principal livro, Formação Econômica do Brasil, escrito há 60 anos, continua atual. Suas obras são referenciadas no Brasil e no mundo. Mesmo que tenha nos deixado há muitos anos, suas ideias continuam presentes nas questões econômicas, seus pensamentos são debatidos na Academia", disse Mangueira. Para o presidente do Corecon-PB, Furtado olhou para a desigualdade social no Nordeste, principalmente em relação às regiões Sul e Sudeste, buscando mecanismos para a diminuição das disparidades. "Seu grande legado é a criação da Sudene e lutou para que essa instituição se tornasse realidade. Mesmo em um período em que os governos regionais eram dominados por coronéis, conseguiu voltar as atenções do Brasil para o povo nordestino", comentou.

Celso Furtado

Celso Monteiro Furtado nasceu em Pombal, Paraíba, em 26 de julho de 1920. Em 1939 mudou-se para o Rio de Janeiro, onde ingressou na Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, concluindo em 1944 o bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais. Em 1948 concluiu o doutorado em economia pela Universidade de Paris – Sorbonne, com uma tese sobre a economia brasileira no período colonial.

Em 1949 mudou-se para o Chile, integrando a recém-criada Comissão Econômica Para a América Latina (Cepal), órgão das Nações Unidas, onde trabalhou com o argentino Raúl Prebisch num período em que a entidade se tornou uma referência no pensamento desenvolvimentista.

De volta ao Brasil, Furtado presidiu o grupo misto CEPAL-BNDE (atual BNDES), que elaborou um estudo sobre a economia brasileira que serviria de base para o plano de metas de Juscelino Kubitschek. Ainda na década de 1950, trabalhou na Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde escreveu sua principal obra, Formação Econômica do Brasil.

Celso Furtado foi diretor do BNDE e em 1959 criou, a pedido do presidente Kubitschek, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 1962, já no governo João Goulart, foi ministro do Planejamento, sendo o principal idealizador do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. No ano seguinte, de volta à Sudene, ajudou a criar e implantar a política de incentivos fiscais para a região.

Em 1964, sob o regime militar, Furtado teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1. Ainda em abril, mudou-se para o Chile; no mesmo ano, foi para os Estados Unidos, sendo pesquisador graduado do

Instituto de Estudos do Desenvolvimento, na Universidade de Yale. No ano seguinte, mudou-se para Paris, sendo professor efetivo da Universidade de Paris – Sorbonne.

Anistiado em 1979, voltou a participar da política, vindo várias vezes ao Brasil. Em 1985 assumiu como embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, em Bruxelas. De 1986 a 1988, no governo de José Sarney, foi ministro da Cultura, criando a primeira legislação de incentivos fiscais do setor. Após retomar a vida acadêmica, foi eleito em 1997 para a Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 11.

Celso Furtado faleceu no dia 20 de novembro de 2004, aos 84 anos, vítima de um ataque cardíaco.

Formação Econômica do Brasil

Ao longo de sua vida, o economista paraibano escreveu dezenas de livros, sendo a questão do desenvolvimento econômico presente em grande parte deles. Sua principal obra foi Formação Econômica do Brasil, livro publicado pela primeira vez em janeiro de 1959, num momento em que havia muito otimismo com a economia brasileira: era o período do governo Juscelino Kubitschek, cujo slogan era "cinquenta anos em cinco", a indústria automobilística chegava ao país e o governo promovia iniciativas visando ao desenvolvimento nacional, como a abertura de novas estradas e a criação da Sudene.

O livro aborda de maneira aprofundada algumas questões que já apareciam na obra "A Economia Brasileira", publicada por Furtado em 1954. Busca no passado a origem de vários problemas que travam o desenvolvimento do país, tendo importância não só nos campos da economia e sociologia, como também da história e da política. Em 2009, ano em que se completaram 50 anos da publicação original, foi publicada uma edição comemorativa, organizada pela viúva Rosa Freire d'Aguiar Furtado.

"Por que o desenvolvimento brasileiro foi tão desigual? Por que existe essa injustiça tão profunda? O Brasil é um País com tantos recursos e com uma massa enorme de gente excluída. É uma profunda injustiça. O fenômeno da exclusão social é a questão que nós todos nos colocamos. Há uma enorme preocupação com o problema da fome e da exclusão social. O Brasil criou uma elite capaz, investiu na classe média alta, mas investiu muito pouco no povo. Temos então essa massa desvalida, sem o mínimo necessário para exercer a sua cidadania. Um país como o Brasil tem sempre problemas novos, pois está em formação", afirmou Furtado em entrevista publicada em 2003, pouco mais de um ano antes da sua morte.

Também no marco de 50 anos da publicação da obra-prima do paraibano, foi lançado em outubro de 2009 o livro Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil, reunindo textos de vários economistas e cientistas sociais brasileiros e estrangeiros, incluindo nomes como Wilson Cano, Luiz Carlos Bresser-Pereira e Clélio Campolina Diniz, com prefácio de Fernando Henrique Cardoso. A publicação foi organizada pelo então presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, Francisco da Silva Coelho, e contou com o apoio do Cofecon, que se fez presente à solenidade com o então vice-presidente Edivaldo Teixeira de Carvalho.

O longo amanhecer

Em 2008 estreou no circuito comercial nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro o filme O Longo Amanhecer, uma cinebiografia de Celso Furtado, trazendo uma reflexão sobre o seu pensamento. O título é uma metáfora que faz referência a um país que demora a encontrar o caminho do desenvolvimento. Produzido a partir de entrevistas do diretor José Mariani com Furtado em 2004, o filme retrata sua trajetória acadêmica e profissional, bem como os marcos teóricos do seu pensamento sobre o Brasil.

ELEIÇÕES NO SISTEMA COFECON/CORECONS

Por Manoel Castanho

Todos os anos, no mês de outubro, os economistas brasileiros escolhem seus representantes regionais por meio de eleições diretas. Na ocasião, eles elegem um terço dos conselheiros regionais que irão compor o plenário do respectivo Conselho Regional de Economia no próximo triênio.

Para votar, o profissional deve estar devidamente registrado no Corecon de seu estado e adimplente com as anuidades e débitos de qualquer natureza perante o Conselho Regional. Os economistas que atendem a estas condições puderam acessar o site www.votaeconomista.org.br para validar suas informações e receber uma senha de acesso ao sistema de votação.

Nos dias 29 a 31 de outubro mais de sete mil economistas participaram do processo eleitoral dos Corecons. Assim como no ano passado, o processo foi realizado por meio de um sistema único em todo o Brasil. O aumento no número de votantes foi comemorado pelo presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva.

Mais de sete mil economistas participaram do processo eleitoral dos Corecons, um crescimento significativo em relação ao ano passado.

"Mais uma vez o processo eleitoral eletrônico garantiu aos economistas brasileiros o direito de escolher os dirigentes de seus conselhos regionais. Neste exercício, um Grupo de Trabalho sob a coordenação do Conselheiro Antonio Melki Jr. e participação dos Conselheiros Paulo Brasil, Paulo Dantas e vários de nossos funcionários, conseguiu melhorar o programa dotando-o de maior agilidade e interface mais amigável com os eleitores", avaliou o presidente. "Nossa expectativa de que o número de votantes crescesse significativamente em relação ao ano passado se realizou, pois avançamos de 5 mil para mais de 7 mil economistas participando do processo eleitoral, e decidindo quem ocupará os postos de gestão de seus CORECONs. Isto é de suma importância, pois as ações deles têm impacto direto em suas vidas profissionais".

Votação eletrônica

Anteriormente a votação era realizada por correspondência, com os economistas recebendo pelos correios a cédula e o envelope de retorno. Mas desde 2015 o processo eleitoral é realizado por meio de uma plataforma digital. Além de representar uma modernização, a votação eletrônica facilita a participação dos economistas, permitindo que votem onde quer que estejam, e ainda aumenta a eficiência do processo e garante a privacidade e o sigilo do voto. Todo

o procedimento é feito na internet, desde o cadastro de senha para votação até a apuração dos votos. O sistema foi desenvolvido pela Scytl, empresa especializada em tecnologias e soluções para eleições eletrônicas.

Desde 2015 o processo eleitoral é realizado por meio de uma plataforma digital, permitindo que os economistas votem onde quer que estejam.

Para garantir a segurança e confiabilidade do sistema, todo o processo eleitoral, do início ao fim, é acompanhado por uma auditoria externa independente – neste caso, feita pela empresa The Perfect Link. A auditoria externa é um importante mecanismo que atesta a lisura do pleito e a conformidade do sistema eleitoral. Essa sistemática é fundamental para garantir a segurança e a eficácia da democracia no Sistema Cofecon/Corecons.

"Mantendo nosso compromisso, conseguimos avançar no aprimoramento, não só da plataforma digital, mas também nos procedimentos do processo eleitoral, simplificando-os de forma a permitir uma maior participação dos economistas", ponderou o presidente da Comissão Eleitoral do Cofecon, Antonio Melki Jr. "Isso pode ser constatado com os resultados obtidos neste ano em relação ao ano passado: o número de votantes teve um aumento de 44,7% e a participação um incremento de 46,5%. É importante ressaltar que isso foi possível mantendo a confiabilidade do sistema e sem comprometer os requisitos de segurança, conforme atestado pela auditoria independente que acompanhou todo o processo desde o início".

A Comissão Eleitoral do Cofecon também contou com os conselheiros Nei Jorge Correia Cardim e Paulo Brasil Corrêa de Mello como membros efetivos e Lauro Chaves Neto e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa como membros suplentes.

Como funciona o processo eleitoral

A missão do Sistema Cofecon/Corecons é assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista no País, além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Os conselheiros regionais e federais são os dirigentes responsáveis por definir as regulamentações, os projetos, as campanhas, os posicionamentos institucionais e as ações dos órgãos do Sistema perante os profissionais economistas e a sociedade em geral.

O mandato dos conselheiros regionais é de três anos, sendo permitida uma reeleição por período consecutivo;

as eleições anuais fazem com que a cada ano encerre-se o mandato de um terço do quadro de conselheiros, sendo estes substituídos pelos novos representantes votados pelos economistas. Os novos eleitos terão mandato no triênio 2020-2022, e substituem aqueles que tiveram mandato no período 2017-2019. Desta forma, cada Corecon está em constante renovação.

O mandato dos conselheiros federais também tem a duração de três anos, com renovação anual de um terço do seu plenário.

Cada chapa inscrita na eleição também possui um delegado-eleitor efetivo e um suplente. Isso porque, assim como nos Conselhos Regionais, o mandato dos conselheiros federais também tem a duração de três anos, com renovação anual de um terço do seu plenário. O que muda é a forma de eleição, estabelecida na Lei 6.537/78. Com uma antecedência mínima de 30 dias antes do término dos mandatos, é realizada uma Assembleia de Delegados-Eleitores, na qual um representante de cada Corecon, eleito pelos economistas, dispõe de uma quantidade de votos proporcional ao número de economistas adimplentes para, em eleição secreta, escolher os novos conselheiros federais.

Além disso, alguns Conselhos Regionais realizam uma consulta para os cargos de presidente e vice-presidente – que, no Sistema Cofecon/Corecons, têm o mandato com duração de um ano, sendo permitidas duas reeleições consecutivas. Tal consulta não é obrigatória e não tem caráter oficial, uma vez que os presidentes são eleitos pelo plenário do Regional durante a primeira reunião do ano, em janeiro; entretanto, nos Corecons que realizam a consulta, tradicionalmente o plenário acata o que foi votado pelos economistas.

Novos Conselheiros Federais

A Assembleia de Delegados-Eleitores mencionada anteriormente ocorreu no dia 30 de novembro. Nela, os delegados-eleitores escolhidos pelos economistas votaram nos candidatos que se postularam ao cargo de conselheiro federal para o triênio 2020-2022.

Foram eleitos os seguintes economistas: Carlos Alberto Safatle, Maria de Fátima Miranda, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Roberto Polli Lobo, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva (conselheiros efetivos); Aldenir Gomes de Paiva, Carlos Alberto Soares de Oliveira Junior, Fabíola Andréa Leite de Paula, Marcelo Pereira Fernandes, Maria do Socorro Erculano de Lima e Omar Corrêa Mourão Filho (conselheiros suplentes).

Com as eleições, a cada ano encerra-se o mandato de um terço do quadro de conselheiros. Desta forma, cada Corecon está em constante renovação.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - DESAFIO PARA OS CURSOS DE ECONOMIA

Adauto R. Ribeiro e Paulo Sérgio Fracalanza
Respectivamente Presidente (PUC-Campinas) e Secretário (UNICAMP) da ANGE.

A bela cidade de Goiânia, em outubro, recebeu centenas de participantes de diversas regiões do País - professores, conselheiros, bacharéis e estudantes de economia - no XXXIV Congresso da ANGE, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas. Surgida em 1985, com o compromisso de lutar pela permanente elevação da qualidade do ensino de economia, a ANGE tem logrado contribuir para a atualização e construção das grades curriculares, publicar textos didáticos e de orientação acadêmica, organizar e apoiar eventos e realizar, anualmente, seu Congresso Nacional.

Sediado pela PUC Goiás e contando com o apoio do COFECON e dos CORECONS (RJ, GO, MG, RS e PR), o Congresso foi palco de uma profícua discussão de questões incontornáveis para o ensino de economia no País. Com o mote do "Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Desafios para os cursos de economia", o Congresso promoveu um conjunto de sessões plenárias muito concorridas com a presença de palestrantes representando as diversas regiões brasileiras e os variados matizes do pensamento econômico.

Desde 1985, a ANGE tem o compromisso de lutar pela permanente elevação da qualidade do ensino de economia no país.

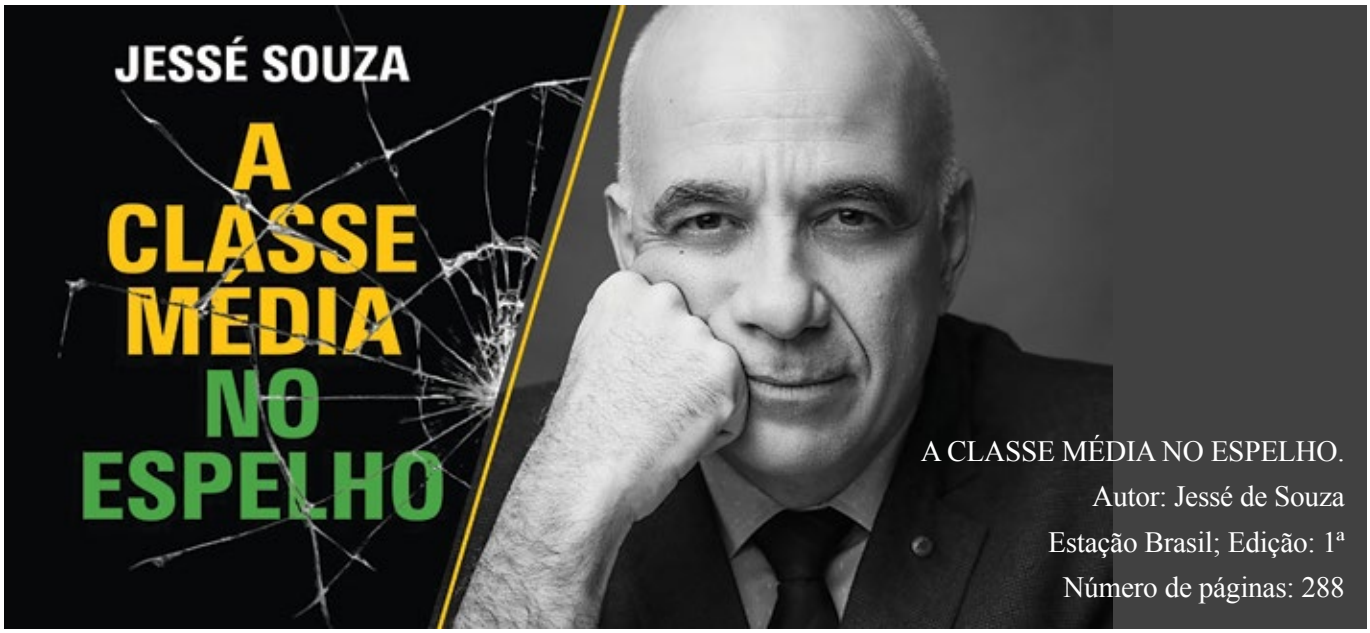
Entre os temas abordados sobressaíram os atinentes às difíceis questões do presente e ao futuro que almejamos, com a discussão das possíveis alternativas e saídas para as crises econômica, política e social, rumo à construção de uma sociedade mais justa, mais sustentável e mais fraterna. Dois outros temas ganharam destaque: a curricularização da extensão nos cursos superiores, com os coordenadores manifestando preocupação com sua implementação e a ampliação dos quadros de doenças mentais na comunidade acadêmica.

À luz destes debates foi se forjando um consenso de que os cursos de economia no Brasil precisam estar atentos às questões contemporâneas e necessitam incorporar os novos saberes que têm se produzido na fronteira de nossa ciência, com uma abordagem aberta para o pluralismo e para as contribuições de outras áreas do conhecimento. Nesta perspectiva, diversos participantes destacaram a pertinência do tratamento transversal nos conteúdos curriculares das temáticas das desigualdades, das questões de gênero e dos conceitos de desenvolvimento econômico num mundo cada vez mais marcado pelas questões ambientais.

Os que não puderam comparecer a este encontro, já estão convidados para o próximo, em 2020, na cidade de São Luís, no Maranhão.

A CLASSE MÉDIA NO ESPELHO

Por Lauro Chaves Neto – Consultor, PHD em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Barcelona, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará e Conselheiro do Conselho Federal de Economia.



A CLASSE MÉDIA NO ESPELHO.
Autor: Jessé de Souza
Estação Brasil; Edição: 1ª
Número de páginas: 288

Muito mais do que uma Resenha esse texto é um estímulo para a leitura completa do livro. "A classe média no espelho – sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade", foi o primeiro trabalho inédito do sociólogo Jessé Souza, após a publicação do seu best seller, "A elite do atraso". Nele, Souza aporta a constituição histórica da burguesia deste país e ressalta ''o desconhecimento da classe média sobre si mesma''.

A ideia de Jessé é a de que o leitor possa se sentir transformando a "concepção que tem de si mesmo, de sua classe social, do seu país e do mundo". De que modo isto pode acontecer?

O autor sugere que isso pode ser um reflexo da seguinte narrativa: "A ignorância acerca de tudo o que nos move e determina nosso comportamento prático faz

O autor defende que a principal causa das desigualdades vivenciadas pelos mais pobres é o sequestro da inteligência por intermédio de um intricado jogo de poder.

com que tendamos sempre a considerar como "natureza" e "dado" aquilo que, na realidade, é "cultura", ou seja, "invenção humana" e construção histórica". Esta espécie de "sequestro" da nossa capacidade de refletir é alertada seguidamente ao longo do livro.

O livro é resultado de uma pesquisa empírica e teórica, realizada entre 2015 e 2018, com o objetivo de compreender essa classe social fundamental e desvelar sua história, sua diferenciação, hierarquia interna e seu papel tanto econômico quanto social e político nos últimos cem anos de história brasileira.

A obra, por um lado, consolida o resultado de centenas de entrevistas empíricas realizadas com participantes dos diversos segmentos da classe média e, por outro, apresenta uma análise histórica e teórica das transformações dessa classe social. Tudo isso numa linguagem acessível e simples, sem, contudo, deixar-se levar pela superficialidade.

A Obra está dividida em três eixos: (I) A moralidade da classe média, (II) A construção da classe média brasileira e, por último, (III) A classe média em tempos de capitalismo financeiro. Jessé destaca o ''racismo de classe'' que funciona de modo invisível e, precisamente por causa disso, de modo muito eficiente. ''Admira-se o bom gosto de quem entende de vinhos, de quem anda de modo elegante, de quem fala de modo articulado, de quem se expressa sem dificuldades. Isso cria uma "solidariedade" imediata e invisível entre todos que compartilham esse "estilo de vida".

Jessé destaca o ''racismo de classe'' que funciona de modo invisível e, precisamente por causa disso, de modo muito eficiente.

O primeiro mito criticado neste livro é o de que a massa da classe média é definida principalmente pela sua renda.

Jessé faz uma análise mais profunda das ideias e dos valores morais dessa parcela da população e vai além das teorias sociais focadas nas esferas do dinheiro e do poder. O segundo mito contestado é a concepção cultural, que a elite e seus intelectuais inventaram, da origem católica e latina do brasileiro como "vira-lata", inferior, ignorante, emotivo e corrupto por natureza, portanto, animalizado e improdutivo. O oposto da moralidade da classe média americana protestante, trabalhadora e honesta.

Para o sociólogo, a principal causa das desigualdades vivenciadas pelos mais pobres é o sequestro da inteligência por intermédio de um intricado jogo de poder. Em vários momentos da obra, o autor explica os motivos pelos quais personagens da classe média se enxergam ao lado dos representantes das elites. Ele reforça que classe social é um mecanismo de reprodução de privilégios, em que aqueles de característica positiva, como a posse do conhecimento valorizado, é quase um monopólio, tanto da classe média real como da elite, e fica "invisível" para a maior parte da sociedade dele excluída.

Para o autor, ao tornar a reprodução de privilégios invisível desde a infância e a adolescência, a formulação liberal passa a ser manipuladora, pois inverte causa e efeito, e legitima privilégios injustos, como por exemplo, a diferença de qualidade de vida, de aspirações, de habilidades ou de renda, como se fossem "mérito individual", podendo, inclusive, culpar as vítimas do abandono por sua própria exclusão.

Para Jessé Souza, classe social é um mecanismo de reprodução de privilégios, em que aqueles de característica positiva, como a posse do conhecimento valorizado, é quase um monopólio.

Fazendo um resgaste histórico, afirma Jessé que "A herança da escravidão não irá contaminar apenas a ralé, negra e mestiça, mas todas as classes populares. E isso é decisivo para entender a posição e atitude das frações da classe média em relação às classes populares". Para entender a formação da classe média, é necessário refletir sobre os "agregados". Aqueles homens livres que não encontravam trabalho por não serem escravos. Eles se somaram aos ex-escravos, sem espaço após a "abolição", e constituíram o grupo de despossuídos e abandonados, "uma das maiores classes sociais", ocupando frequentemente um lugar subalterno, sofrendo exclusão política e sendo vítima da exploração econômica.

Estamos vivendo, segundo o autor, um momento histórico, marcado pela dominação simbólica, social e econômica do capital financeiro onde "não se sabe quem oprime, as causas são buscadas em causas falsas e em bodes expiatórios como vimos nos EUA e Brasil recentemente".

O novo capitalismo explora todo mundo 24 horas por dia e retirou a possibilidade de que isso seja explicitado e sentido como opressão.

É um livro que instiga o questionamento, que afasta o leitor da zona de conforto, levando-o a refletir sobre o motivo de ser o esgotamento, a depressão, a doença do mundo atual. Parece que, em algum momento, as pessoas não têm mais armas de autodefesa, segundo Jessé: "O novo capitalismo explora todo mundo 24 horas por dia e retirou a possibilidade de que isso seja explicitado e sentido como opressão, é um poder que se exerce de modo sutil e é vendido como autonomia e liberdade individual. Daí as doenças típicas da época. Se não se sabe quem nos deixa infeliz, a raiva passa a ser dirigida contra nós mesmos".

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Já parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que as instituições integrantes do **Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social** promovem sua Campanha, tendo como uma das principais premissas a mudança do modelo tributário brasileiro. **Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. Participe!**

Desigualdade: isso é da sua conta.

CAMPANHA PELA
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

http://reducaodesigualdadesocial.org.br/